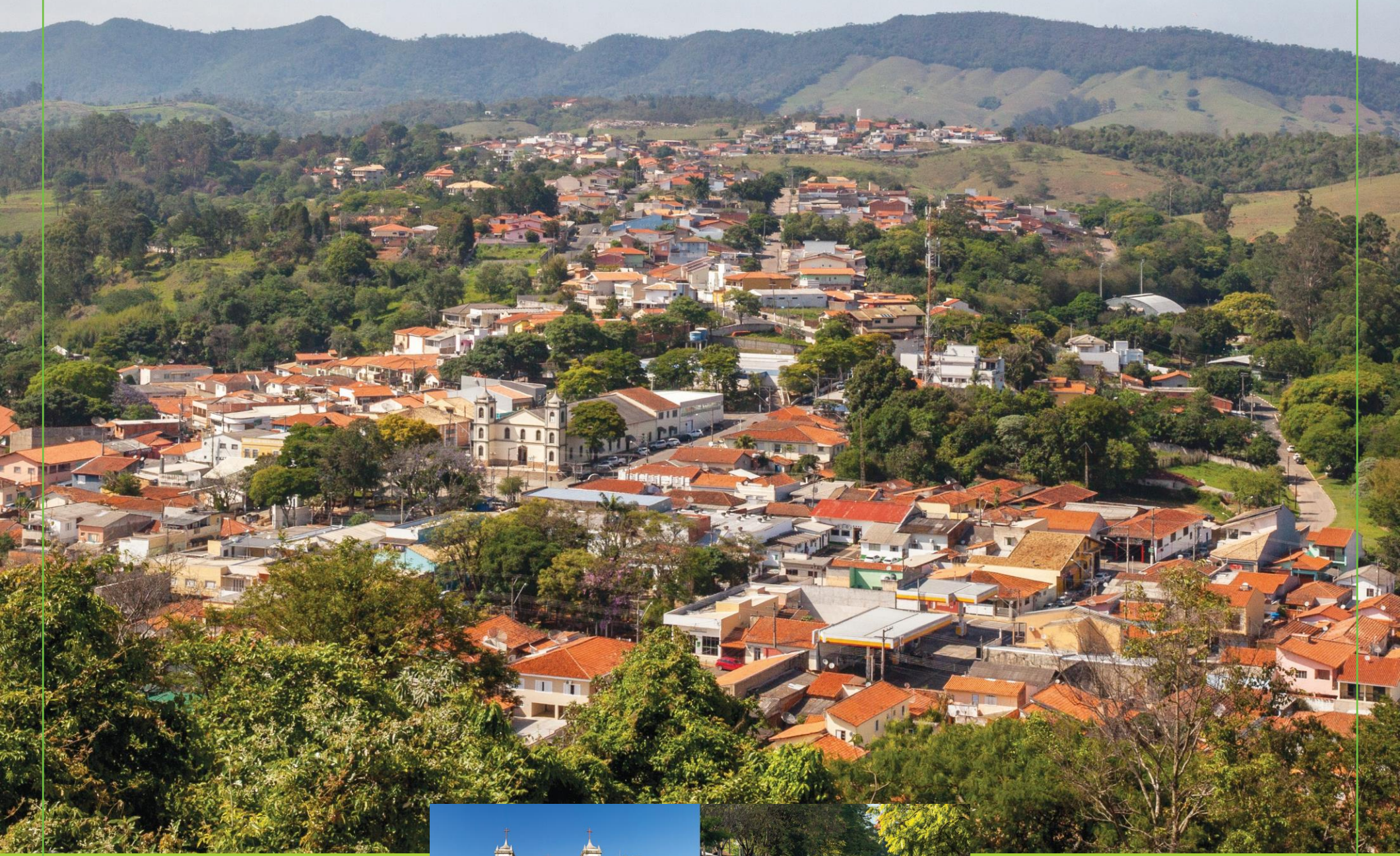
RELATÓRIO

DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADO PARA **POLÍTICA PÚBLICA E INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL.**



PREFEITURA DE
CABREÚVA

Ficha Técnica

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABREÚVA - SÃO PAULO

Prefeito Antonio Carlos Mangini

Vice-Prefeita Noemi Medeiros Bernardes

Secretário de Cultura Marco Rafael Leite Ribeiro

Organizador Dr. Jean Camoleze

Consultora Local Maria Daniela Bueno de Camargo Paulino

Designer Eduarda Foss

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Inventário do patrimônio, histórico, artístico e cultural de Cabreúva/SP [livro eletrônico] / organização Jean Camoleze. -- 1.ed. Louveira, SP : Kultur Arte e Educação, 2023.
PDF

Bibliografia.
ISBN 978-65-999849-0-7

1. Cabreúva (SP) - História 2. Capital social 3. Memória - Aspectos sociais 4. Gestão pública 5. Patrimônio - gestão 6. Patrimônio cultural 7. Patrimônio histórico 8. Politicas públicas I. Camoleze, Jean.

23-145573 CDD-363.6909

Indices para catálogo sistemático:
1. Patrimônio histórico e cultural : Memória e preservação : História 363.6909

Henrique Ribeiro Soares – Bibliotecário – CRB-8/9314

Kultur
Arte e Educação

ISBN: 978-65-999849-0-7
CBL
9 786599 984907

Sumário

08 Apresentação

09 Pensar o Patrimônio de Cabreúva.
Pensar políticas públicas

10 Prefácio

13 História de Cabreúva

16 Conceitos: Memória coletiva e patrimônio

18 Memória e históricidade

25 Memória e coletividade

Sumário

30 Memória e experiência

34 Memória e patrimônio histórico

38 Inventário: utilidades, dimensões e perspectivas

40 Por que criar o IPHAC

41 Relação entre IPHAC e a sociedade

42 Relação entre IPHAC e educação patrimonial

43 Metodologia

Sumário

48 Pesquisa

54 Patrimônios culturais

56 Patrimônios imateriais

58 Patrimônio material

59 Patrimônios materiais e imateriais de Cabreúva

87 Educação patrimonial

89 Proposta triangular de educação patrimonial

Sumário

90 Curso: Patrimônio Histórico, Memória Coletiva e Ações educativas

92 Programa integrado e continuado de Educação Histórica

94 Considerações e recomendações finais

98 Referências bibliográficas

01

APRESENTAÇÃO

1.1 Pensar o Patrimônio de Cabreúva. Pensar políticas públicas

É preciso pensar, debater e fazer política pública visando a preservação, a divulgação e a análise crítica acerca do patrimônio histórico do município. Quando aceitei o desafio de atuar na Secretaria de Cultura e Turismo do Município de Cabreúva, convidado pela atual gestão do Prefeito Antônio Carlos Mangini e da Vice-prefeita Noemi Medeiros Bernardes, gestão esta que acredita no potencial do patrimônio e defende sua preservação, vi a oportunidade de colocar em prática projetos ligados à memória e história da cidade de Cabreúva, projetos que pudessem ser concretizados através de política pública.

> Compreendemos pela expressão políticas públicas praticamente tudo o que é feito no âmbito do governo. Assim, uma política pública pode abranger tanto aspectos imateriais, como no caso de uma nova lei ou decreto quanto um bem ou serviço oferecido diretamente à população, no caso de um programa ou de uma ação de governo. (QUEIROZ, 2012)

Cabreúva é uma cidade repleta de saberes, de tradições, práticas e memórias que são passadas pelas gerações, receitas centenárias, manifestações culturais mantidas por grupos que vivem e amam aquilo que fazem.

Ter a oportunidade de aplicar a preservação do patrimônio como política pública é uma honra, este inventário é um grande feito, debatido e discutido junto à população local, foram oficinas, pesquisa opinativa para levantamento de dados e audiência pública, tudo feito de maneira democrática e construído junto àqueles que fazem a cidade, o povo. Ao mesmo tempo é o primeiro passo de um longo trajeto a ser percorrido, pensar em patrimônio, debater o tema, mapear um inventário, por isso só já faz deste momento um fato histórico em Cabreúva.

Mas por que preservar? Poderia registrar aqui inúmeros motivos, vou destacar o fator da preservação da história, preservação da memória e o consequente fortalecimento da identidade local:

> [...] o passado não mais se apresenta como algo externo a ser apenas contemplado e fruído; ele se integra ao indivíduo, ou a um grupo, como constituinte daquilo que ele é hoje. Abriram-se, assim, novas possibilidades para a construção de identidades, o redesenho da relação entre a sociedade e seu passado e para a percepção da historicidade da vida social e individual. (RODRIGUES, 2020)

Muito além da contemplação, a preservação dá força para a continuidade de uma tradição e, se associada à política pública para turismo, tem um poder para fortalecer a economia no município. Que este material seja um guia para o futuro conselho de patrimônio histórico e para os cidadãos da cidade rumo à valorização do patrimônio histórico.

Marco Rafael Leite Ribeiro
Historiador
Secretário Municipal de Cultura e Turismo de Cabreúva

02

PREFÁCIO

Trabalhar a preservação patrimonial de uma cidade está ligada diretamente com um processo de formação cidadã e a compreensão plural de sua identidade social. Pensar e refletir os patrimônios históricos é uma atividade essencial para o exercício do desenvolvimento do capital cultural, social e econômico.

Dessa forma, este trabalho é motivado pela importância da memória na formação do social e a necessidade da ação do poder público, considerada fundamental para sua preservação e difusão. Reconhecendo que todo ser humano é um ser social, temos como ponto de orientação e justificação a nossa necessidade de lembrar, esquecer e, muitas vezes, silenciar as memórias; além de organizá-las e permitir o seu livre acesso. Diante disso, inferimos que todas as sociedades, que compreendemos como grupos humanos, estão inseridas em determinado tempo e espaço, seguindo um padrão comum de coletividade e tendo a memória como um fator essencial em sua formação.

Ao momento, que a Prefeitura Municipal de Cabreúva propõe uns estudos históricos de seus bens, seja materiais ou imateriais, tem um plano de ação patrimonial que valoriza as políticas públicas, compondo elementos essenciais para as gerações presentes e futuras da cidade. Neste ponto, observamos que o Plano de Ação Patrimonial é fundamental, ainda mais somado à participação popular e uma formação continuada de Educação Patrimonial.

Construir diretrizes, legislações e processos de ensino/aprendizagem com a valorização dos patrimônios culturais na cidade de Cabreúva/SP avança no reconhecimento dos cidadãos e cidadãs que constroem a cidade em seus trabalhos cotidianos, seja físico, social e/ou intelectual. Assim, referendar a criação de legislações especificadas também se interliga com a compreensão e a participação da comunidade em todo o processo.

Com isso, este relatório examina a necessidade de leis do município de Cabreúva - SP considerando-as como um posicionamento de preservação e difusão para com sua memória coletiva. Nesse contexto, buscou- se reconhecer que as ações em Cabreúva estão inseridas em

uma estrutura que representa parte das diversas realidades dos municípios brasileiros e suas políticas públicas para a preservação da memória. Este trabalho também pretende compreender o campo teórico-metodológico sobre os conceitos da nossa memória coletiva e a identidade social, além de buscar as orientações para a preservação, a difusão do conhecimento e o acesso aos acervos custodiados pelo poder público ou de importância para a memória da cidade.

03

HISTÓRIA DE CABREÚVA

A ocupação do território da cidade de Cabreúva remonta ao período pré-colonial, quando a extensa área do interior paulista entre a Serra do Japi e o Vale do Rio Tietê era ocupada por indígenas guarani e carijó que estabeleceram os caminhos e a tipologia dos lugares: Cabreúva, é o nome de uma árvore abundante na região que em tupi significa árvore da coruja, por ser abrigo do animal. Os antigos caminhos indígenas, às margens do Tietê também foram utilizados pelas Bandeiras que seguiam de São Paulo e de Santana de Parnaíba em direção ao Porto de Araritaguaba, em Porto Feliz.

A ocupação do território por colonizadores ocorreu no final da década de 1780, com a expansão da lavoura canavieira de Itu pelas colinas do Vale Médio do Tietê, estabelecendo entre as regiões dos bairros Apotribu e Guaxatuba os pioneiros engenhos de cana-de-açúcar, incentivados pela política do Morgado de Mateus. As famílias das vizinhas Araçariguama, Jundiaí e Santana de Parnaíba, como os Silveiras, se estabeleceram em terras próximas à Serra do Japi nas propriedades açucareiras.

Na área que se tornou a região do primeiro núcleo urbano, na saída para Pirapora do Bom Jesus, próximo ao ribeirão Cabreúva no mesmo período da chegada das primeiras famílias, construiu-se uma primitiva capela, devotada à Nossa Senhora da Piedade mais tarde conhecida por Capela de São Benedito, frequentada pela população dos diversos engenhos da região.

A atual cidade de Cabreúva teve seus limites estabelecidos após a criação da Freguesia do mesmo nome, por decreto imperial de 09 de dezembro de 1830 juntando territórios antes pertencentes às cidades de Jundiaí, Santana de Parnaíba, Araçariguama e Itu. Esse fato se deu sobretudo às ações de um Padre ituano, cuja família era proprietária de engenho de cana-de-açúcar no local, chamado José Rodrigues Castanho, que além de proprietário de engenho, se tornou o primeiro vigário e o primeiro juiz de Paz da localidade, que contava então com 2.368 habitantes. É importante ressaltar aqui a presença desde seu início da população escravizada que deixou marcas importantes na cidade, como na música, culinária e na expansão da lavoura

canavieira e cafeeira posteriormente.

A Emancipação do município ocorreu em 24 de março de 1859, quando os engenhos de cana-de-açúcar já começavam a disputar terras com o café e novas fazendas surgiram ou se expandiram, como nas áreas do Pinhal, Jacaré, Cururu, Caí e Bonfim. Mais uma vez, um ituano se tornou central no processo de formação político da cidade: O Comendador Martins, que em 1844, adquiriu o Sítio Guaxatuba, se fixando em Cabreúva definitivamente em 1849. Foi organizador da Comissão para as obras de construção da Nova Igreja Matriz (atual), angariando verbas provinciais e projetou o traçado urbano em torno do Largo da Matriz (atual praça), onde construiu sua residência. Dez anos após sua chegada, a freguesia emancipou-se e após a eleição, o Comendador Martins tornou-se o primeiro Prefeito da Cidade de Cabreúva; embora seu mandato tenha sido curto, de apenas 01 ano, sua influência política permaneceu por meio de seus filhos, genro e netos, nas três décadas finais do Império e por todo o período da Primeira República.

A partir de 1870 as grandes propriedades cafeeiras nas áreas dos bairros do Jacaré, Cururu, Pinhal, Bonfim e Caí começam a receber imigrantes, sobretudos italianos e no início do século XX, japoneses. A agricultura tornou-se variada com o cultivo de hortaliças e frutas, além do café, e as grandes fazendas deram lugar a sítios e loteamentos urbanos. Duas rodovias marcaram a paisagem e a mobilidade dos munícipes: A rodovia SP 312, inaugurada em 01 de maio de 1922, por Washington Luís, dentro de um plano viário de estrada ligando São Paulo ao Mato Grosso, facilitou a ligação da região central da cidade com Itu. E mais recentemente, a Rodovia Marechal Rondon, atual trecho D. Gabriel Paulino Bueno Couto, que facilitou as áreas mais recentes de ocupação a se ligarem à Jundiaí e à São Paulo e trouxe novos moradores à cidade, sobretudos migrantes nordestinos. Atualmente esse trecho da Rodovia é responsável pelo crescimento urbano e pela industrialização do município.

Maria Daniela Bueno de Camargo Paulino

04

CONCEITOS: MEMÓRIA COLETIVA E PATRIMÔNIO

As memórias são capazes de colaborar para a historicidade de uma cidade e a formação de sua identidade cultural. Para Le Goff (2003, p. 419), a memória que preserva informações "[...] remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.". Paul Ricoeur (2008) considera que as ações de seleções das lembranças passam a instrumentar a memória, ou seja, o esquecimento, o impedido ou o impulsionado, que depende dos interesses sociais, políticos, ideológicos, econômicos e étnicos. Então, preservar os bens culturais e o patrimônio é forma de resguardar a memória de um grupo, corresponde à maneira de auxiliar nas informações passadas e colaborar para a identidade cultural, pois "[...] a memória trabalha sobre o tempo, porém um tempo experimentado pela cultura." (BARRETO, 2007, p. 164).

A preservação dos bens e patrimônio cultural e histórico é de grande importância na sociedade, uma vez que cria possibilidades de auxiliar na formação da pesquisa em história e da memória coletiva, não apenas do que se passou, mas também do que permanece e que fomenta as reflexões do nosso presente. São recursos fundamentais do que conhecemos por sociedade, assim como os livros, as artes, os acervos museológicos, a arquitetura e outras expressões (BELLOTTO, 2014). Com isso, são criadas as ligações que se entrelaçam para escrever a história e fortalecer a nossa memória e que intervêm na compreensão do passado e nas reflexões sobre o tempo atual.

Percebemos que a história e a memória, mesmo não sendo sinônimas, são fundamentais para a formação da identidade social dos grupos vivos. Para Pierre Nora (1993, p. 7), "[...] a memória é um fenômeno sempre atual, vivido no eterno presente: a história, uma representação do passado"; porém, ambas estão estreitamente interligadas, pois se utilizam dos vestígios do passado para se constituírem.

4.1 Memória e Historicidade

A memória e a história auxiliam na releitura dos vestígios de tempos passados e na formação das funções sociais, muitas vezes organizadas pelos fenômenos das ações comunicativas e informativas. Para Goody (1977, p. 35 apud LE GOFF, 2003, p. 421), esse fato por ser exemplificado ao observar que: "[...] em todas as sociedades, os indivíduos detêm uma grande quantidade de informação no seu patrimônio genético, na sua memória de longo prazo e, temporariamente, na memória ativa", gerando, assim, interações das diferentes formas de estudos do passado e de nossa formação social.

Nesse sentido, a memória não pode ser considerada apenas como uma propriedade da inteligência, mas como uma das principais responsáveis por unificar diversos atos e pensamentos passados, auxiliando na fixação dos comportamentos que ajudam na produção humana técnica e na sociabilidade. Dessa forma, complementamos que a memória ocorre pela apropriação de nossas capacidades e aptidões, visto que "[...] em todo discurso da História, o progresso técnico está ligado ao processo dos símbolos técnicos da linguagem" atribuídos pela memória (LEROI-GOURHAN, 1990, p. 117).

Em seu livro, "História e Memória", Jacques Le Goff (2003), ao propor um estudo histórico da memória, tem como inspiração Leroi-Gourhan (1964-1965), e divide o estudo em cinco períodos, sendo eles:

1. a memória étnica nas sociedades sem escritas, ditas "selvagens";
2. o desenvolvimento da memória, da oralidade à escrita, da Pré-História à Antiguidade;
3. a memória medieval, em equilíbrio entre o oral e o escrito;
4. os progressos da memória escrita, do século XVI aos nossos dias;
5. os desenvolvimentos atuais da memória. (LE GOFF, 2003, p. 423).

Na primeira etapa, a memória está ligada à oralidade, na dimensão social dos eventos, do cotidiano e do desempenho de seus protagonistas "[...] em suas buscas incessantes de mudar e atualizar as estruturas a que está aparentemente subordinada ou submetida." (ALBERTI, 2005, p. 12).

Este momento da memória coletiva, que se comunica pela oralidade, contribui para a consolidação dos mitos de origem, cuja história e mito se confundem. No entanto, esta memória transmite uma estruturação social dos conhecimentos práticos e técnicos, dos saberes profissional e de uma produção e reprodução da vida imediata.

Para Le Goff (2003), a memória coletiva na sociedade sem a escrita tem em seus interesses a idade coletiva do grupo, os prestígios das famílias dominantes e os saberes técnicos, sendo transmitida pelo conhecimento e não pela memorização. Não consiste em uma reprodução "[...] das experiências passadas e sim uma construção, que se faz a partir daquelas, por certo, mas em função da realidade presente e com o apoio de recursos proporcionados pela sociedade." (SÁ, 2005, p. 71).

A tradição da oralidade não desapareceu com a escrita, mas passou por muitas alterações. Exemplos são os mestres Griôs, pela sua representatividade na cultura Afro-brasileira, considerados cronistas, genealogistas, cantores, contadores de histórias, poetas e mestres de cerimônias, entre outras formas de mediação, responsáveis pela transmissão dos saberes para os membros de suas comunidades. Os Griôs transmitem os saberes e conhecimentos populares adquiridos pela oralidade e têm o seu reconhecimento social dentro dos grupos pertencentes.

Com o surgimento da escrita na Antiguidade, a memória coletiva altera a sua forma de registro, sem abandonar a oralidade, não apenas se utilizando da escrita cuneiforme, mas também através das construções e suas inscrições. Neste momento, portanto, a memória passa a ser lapidada, ou seja, registrada em pedras, a fim de criar a perpetuação da lembrança e do esquecimento, através de um caráter seletivo. A escrita permite registrar a memória em um novo suporte e formato, assegurando, desse modo, não apenas a linguagem auditiva, mas também a visual.

Nesse contexto, se insere a linha tênue entre a memória e a história, pois ambas são, muitas vezes, como a face de uma mesma moeda - e não, ações distintas - que se complementam em determinados momentos, sem subjugar a importância alheia. Para Nora (1993, p. 9),

> [...] a memória verdadeira, social intocada, aquelas cujas sociedades ditas primitivas, ou arcaicas, representam o modelo e guardam consigo o segredo e a história que é o que nossas sociedades condenadas ao esquecimento fazem do passado, porque levadas pela mudança.

Assim, a memória se diferencia como fator dialético da lembrança e do esquecimento, da

história que se encontra em constante construção e repleta de problemáticas, além da demanda de análises críticas.

Na Antiguidade, a memória fora do tempo se distingue da história, pois, no entendimento de Aristóteles, a memória é uma evocação de afeto que:

> [...] pertence àquela parte da alma à qual a imaginação também pertence. Todas as coisas que são imagináveis são essencialmente objetos da memória, e aquelas que necessariamente envolvem a imaginação são objetos da memória apenas incidentalmente. [...] Falta ainda falar da recordação... ela não é nem a recuperação nem a aquisição da memória; porque quando se aprende ou recebe uma impressão sensória, não se recupera qualquer memória (porque nenhuma aconteceu antes), nem se adquire pela primeira vez; é somente quando o estado ou afeto foi induzido que existe memória. (ARISTÓTELES, 2012, p. 93).

Nessa linha de pensamento, diferencia-se, portanto, da concepção de história formada ainda na Antiguidade, fundamentada nas obras de Heródoto, Tucídides e Políbios, em que se entende que a história nasce e não é constituída apenas sob o signo da memória, mas tem suas determinações pelas ações humanas e o curso dos acontecimentos, que está fora da vontade humana (CHAUÍ, 2000).

A memória na Antiguidade transpassa do grego para o latim por meio de Cícero, que a considera parte da prudência, unificada com a inteligência. Passa, então, a ser utilizada pela retórica e, posteriormente, na Europa Medieval, sofre profundas transformações. Segundo Spence (1986, p. 31), "[...] foi o próprio Tomás de Aquino quem implantou solidamente a ideia de que os sistemas de memorização faziam parte da ética, sendo mais que meros componentes da retórica", o que contribui para o estudo da memória sobre a visão da oratória e da teologia.

Na Idade Média, o Ocidente, dominado pelas ideias do cristianismo, utiliza a memória como um fator escatológico, negando a experiência temporal (LE GOFF, 2003). Em suas Confissões, Santo Agostinho declara a procura de Deus pela memória e explana:

> Transporei, então, esta força da minha natureza, subindo por degraus até àquele que me criou. Chego aos campos e vastos palácios da memória onde estão tesouros de inumeráveis imagens trazidas por percepções de toda espécie. (SANTO AGOSTINHO, 1984, X 8.12).
>
> [...]

> E o que agora entendo e distingo, conservo na memória para depois me lembrar de que agora o entendi. Por isso lembro-me de que me lembrei. (SANTO AGOSTINHO, 1984, X 13.20).

A memória também é fundamental para as manifestações das comemorações, celebrando os atos de Cristo, o testemunho dos mártires, os princípios morais cristãos e o culto aos mortos, elementos bastante difundidos dentro do cristianismo ocidental e medieval. Esse conjunto de significados na filosofia cristã medieval do Ocidente cria um equilíbrio entre a memória oral e a escrita, constituindo-se em elemento da retórica e da literatura.

Os rituais litúrgicos, os estudos escatológicos e os ensinamentos cristãos auxiliaram na contribuição da formação de uma memória coletiva. Essa constituição de um pensamento e identidade sociais, formados com o auxílio da memória coletiva, também colaborou para a "[...] difusão do cristianismo como religião e ideologia dominante" (LE GOFF, 2003, p. 24) na Europa Oriental.

No final da Idade Média, o processo de alfabetização na Europa Ocidental começa a se ampliar e existe uma necessidade da difusão e ampliação do conhecimento pela escrita. O surgimento da prensa móvel e a ampliação da imprensa por Johannes Gutenberg, em 1440, alteraram as formas de registro de nossas memórias e "[...] os eclesiásticos, por sua vez, temiam que a imprensa estimula leigos comuns a estudar textos religiosos por conta própria em vez de acatar o que lhes dissessem as autoridades." (BURKE, 2002, p. 135). Assim, a imprensa modificou o modo de pensar da Idade Média, ampliando o acesso a informações e, "embora lentamente, a memória ocidental" (LE GOFF, 2003, p. 451).

Com o surgimento e o crescimento da imprensa, a transmissão escrita da memória induz a uma forma de "[...] exteriorização progressiva da memória individual; é do exterior que se faz o trabalho de orientação que está escrito no escrito." (LEROI GOURHAN, 1964-1965, p. 70 apud LE GOFF, 2003, p. 452). Desse modo, o mundo da escrita trouxe uma nova percepção e abordagem na modalidade do pensamento, conduzindo a uma inédita perspectiva da história e da memória.

No início da Modernidade, a memória passou a exercer uma função na formação dos governos, que ainda não haviam rompido com alguns precedentes da formação medieval. Nobert Elias (1993, p. 174) ressalta a ligação da memória entre o período medieval e a Modernidade, ao declarar como exemplo a cobrança dos impostos que "[...] permaneceu durante muito tempo na memória popular sob o agourento nome de mal – tô te.".

Para Marcos José Pinheiro, no livro "Museu, memória e esquecimento: um projeto de Estado Moderno", a formação estatal da Modernidade "[...] tem como base o sistema tributário centralizado, o poder militar, os monopólios da legislação e da violência, e a burocracia."

(PINHEIRO, 2004, p. 33), além da expansão da racionalidade ocidental, muitas vezes como uma oposição à ideologia cristã, predominante no período medieval. Na Modernidade, o homem passa a ser norteador de suas ações e a memória assume novos padrões, como a importância de comemorar e justificar a formação dos Estados e nações.

Nesse contexto, o conceito de memória começa a ser utilizado para os fatos jornalísticos e diplomáticos, construindo novas funções para a memória e a consciência coletiva e estabelecendo a introdução de uma opinião pública, nacional e internacional sobre o tema (LE GOFF, 2003).

A partir de 1789, com a Revolução Francesa e a ascensão da burguesia ao poder e o consequente rompimento com a antiga estrutura absolutista e alguns vestígios do feudalismo medieval, tornou-se uma exaltação da memória como recordação dos mortos e das datas comemorativas (LE GOFF, 2003).

Para Ulpiano Meneses (1999), a comemoração favoreceu a partilha da memória alheia e, até os dias atuais, é utilizada como vetor da legitimação e integração social de determinados grupos.

A memória passa a fazer parte do presente, interferindo na vida cotidiana e formando uma nova perspectiva e dimensão como fonte de reflexão. Após a Revolução Francesa, "[...] a memória passou a ser fonte de inquietação interna intensa, que se manifesta na percepção radical da natureza opaca do passado e, consequentemente, da incerteza com relação a este passado." (MENESES, 1999, p. 14). Dessa maneira, carrega o sentido de experiência coletiva, proporcionada pela alteração da ordem vigente.

Outro fato que altera a sua dimensão e suas perspectivas, posterior à Revolução Francesa, é a introdução do ensino laico e, na sequência, gratuito. Com isso, a ampliação da exteriorização e os registros da memória se ampliam e ganham novos espaços na sociedade.

A criação dos arquivos nacionais na França, pós-Revolução, ordena a publicidade dos arquivos públicos e da memória nacional (LE GOFF, 2003). Neste momento, a documentação arquivística criou publicidade aos documentos desta última e fomentou a pesquisa histórica.

No início do século XIX, diversas ações mostraram as perspectivas da arquivística e da memória coletiva. Em 1810, o Congresso dos Estados Unidos da América apontava para a necessidade da criação de um espaço para a guarda dos documentos públicos e a organização dos arquivos itinerantes. Com isso, até o final da Guerra de Secessão Norte-americana, o país conseguiu com facilidade a conservação dos documentos fundamentais para a memória do país (INDOLFO, 2007). Neste mesmo período, diversos países escandinavos, impulsionados

pela memória popular, criaram museus de folclore. Na Itália e na Alemanha, foram criados museus nacionais, consolidando a concepção de memória nacional (LE GOFF, 2003).

No Brasil, mesmo com o surgimento do Arquivo Público de São Paulo em 1892, a política arquivística para a preservação da memória tem grande efetivação apenas no século XIX com a criação da Câmara dos Deputados do Brasil, e também o seu Arquivo, com a ata da Sessão como o primeiro documento do seu acervo em 1823. No ano subsequente, tem-se a criação do Arquivo do Senado e depois, em 1835, a criação do Arquivo do Império. Criado com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Arquivo do Império somava-se à Academia Imperial de Belas Artes. O Arquivo Público do Império passa a denominar-se Arquivo Público Nacional em 1893, vindo a receber a atual denominação de Arquivo Nacional em 1911. Tal organização unia acervos importantes para a compreensão da memória do país e passou a colaborar para a ideia de identidade nacional.

Na esfera global, o surgimento da fotografia também alterou as dimensões sobre a memória. Ainda no século XIX, a fotografia causou imensa comoção aos naturalistas ao conseguir, com grande qualidade, reproduzir o real. A fotografia tornou-se um meio de comunicação visual fundamental em uma sociedade de maioria analfabeta, pois permite a guarda da memória por meio de imagens (KOSSOY, 1989).

Nesse sentido, no século XIX, a fotografia também refletiu a relação do homem com a natureza e a memória, o que movimentou constantemente o espaço e o meio em que a sociedade estava inserida. Para Costa e Silva (1995, p. 17), a "[...] fotografia referendou internamente essa dinâmica, na medida em que o projeto de desenvolvimento da perspectiva, subjacente ao código fotográfico, encontrou identidade nos rumos impostos à natureza.".

Para Cartier-Bresson (2015, p. 22), "A fotografia é uma operação instantânea que exprime o mundo em termos visuais, tanto sensoriais como intelectuais", com finalidades diversas, mas com grande importância no cotidiano e na memória. Mesmo se constituindo como um meio em série de reprodução tecnológica, traz consigo valores e características de determinadas sociedades.

Este aspecto social da fotografia possibilitou um estudo interdisciplinar nos diversos campos dos saberes, como história, arte, sociologia e ciência da informação. Não traz consigo apenas imagens, mas pensamentos, costumes, culturas e tradições e, dessa forma, também a compreendemos como fonte de memória, que registra um determinado tempo e espaço (KOSSOY, 2007).

Se, no final do século XIX, a fotografia transformou a guarda da memória, a construção de monumentos aos mortos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), também foi um movimento

significativo para a memória coletiva (LE GOFF, 2003). A Primeira Guerra Mundial estabeleceu uma alteração nos padrões sociais e morais do mundo, deixando uma grave marca pelo grande número de mortos. No entanto, além de estabelecer uma alteração na memória coletiva europeia, as experiências vividas no campo de batalha - fora dele - também alteraram as perspectivas das memórias individuais (POLLAK, 1992).

No século XIX e início do XX, a memória como aspecto coletivo tomou uma grande dimensão, apresentando-se como parte fundamental em nossa construção social e colaborando de maneira antagônica para a formação de uma identidade individual e da coletividade. Isso significa dizer que temos uma herança cultural que pode ser expressa na lembrança coletiva e na singularidade do ser humano.

Atualmente, persistimos nesta memória coletiva, ligada ao comportamento, à mentalidade, aos valores éticos e morais e, principalmente, às capacidades de interagir com a natureza e construir intensas relações sociais, alterando o mundo e modificando-se pelo cotidiano.

4.2 Memória e Coletividade

Segundo Bloch (2001) pode considerar a História como uma ciência interpretativa, que estuda o homem e suas ações no tempo, com suas metodologias, procedimentos e objetividade, a memória é diferente, pois é seletiva, em seus caracteres de lembrança e de esquecimentos, e sofre flutuações (POLLAK, 1989). Porém, tanto a primeira quanto a segunda possuem alguns elementos em comum, pois ambas têm seus protagonistas, lugares, tempos e acontecimentos, tornando-se vivas e capazes de causar as reflexões necessárias na sociedade atual. Todavia, tais semelhanças não as fazem dependentes uma da outra, uma vez que cada qual carrega sua transmissão de valores e suas singularidades.

A história tem como um de seus elementos a crítica às fontes históricas e à memória sem análise. Para Nora (1993, p. 9), "[...] a memória é sempre suspeita para a história, cuja verdadeira missão é destruí-la e a repelir"; contudo, nem mesmo a historiografia pode negar a importância da memória para a história. O autor ainda afirma que "[...] a necessidade de memória é uma necessidade da história" (NORA, 1993, p. 14), ou seja, ambas são fundamentais na formação das identidades sociais e culturais de um grupo fechado ou de uma sociedade.

Diante disso, a história tem como um de seus objetivos e de seus trabalhos a análise da memória como aspecto da formação social, sobretudo da memória coletiva que auxilia na construção do patrimônio e na formação da identidade cultural, estando inserida no trabalho de um grupo, com suas vivências e referências (HALBWACHS, 2003).

Nora (2009) exalta que a memória coletiva é fundamental para a identidade social e para a formação do sujeito como um ser ativo dentro da sociedade, ao escrever:

> A ideia de que são os coletivos que têm uma memória implica numa profunda transformação do lugar dos indivíduos na sociedade e de sua relação com o coletivo; é lá que está o segredo, por trás da emergência misteriosa de algo mais: a identidade. (NORA, 2009, p. 9).

Assim, a memória tem que ser preservada e, muitas vezes, materializada em museus, bibliotecas, arquivos, centros de memórias e outros lugares, sem deixar de ser uma das fontes de estudo da história. Estes locais frequentemente remetem apenas aos vestígios do passado com seus esquecimentos e suas lembranças (POLLAK, 1992).

A memória é fundamental em nosso processo social: colabora para a formação sócio-histórica do homem e agrega seus valores culturais e suas identidades. No entanto, está carregada das preocupações do presente e se torna um fenômeno construído, carregado de interpretações, exclusões e estigmas. Com isso, é possível o confronto entre a memória individual e a memória dos outros, causado pelas interpretações e exclusões repletas de interesses e valores disputados por conflitos sociais, políticos e ideológicos. Entretanto, cabe ressaltar que a memória coletiva, mesmo sendo comum a determinado grupo, também é passível de alterações e críticas, como toda fonte histórica (POLLAK, 1989).

A memória coletiva auxilia na formação da sociedade ou de um grupo ao qual pertencem os indivíduos. Esta constituição da memória coletiva na formação social ocorre pelas experiências do cotidiano ou em lugares de memórias, como, por exemplo, os museus, arquivos, patrimônios históricos e arquitetônicos, monumentos, bibliotecas ou instituições de ensino. Sua importância está ligada ao relembrar e, muitas vezes, comemorar a memória de determinados locais e tempo. Para Halbwachs (2003), esta memória coletiva é comum, gerando uma adesão afetiva e uma identificação com a construção dos fatos e personagens que compõem a sociedade, originando um sentimento de pertencimento.

Mesmo a memória individual se insere em um contexto coletivo, uma vez que é intrínseco a todo membro de uma sociedade um conjunto de valores e relações sociais, capaz de interferir em sua forma de pensar e em suas lembranças e esquecimentos. A memória individual, portanto, está ligada a de um grupo, de tal modo que sua singularidade se torna parte de um todo, inserida em uma compreensão grupal, conforme ressalta Maurice Halbwachs:

> Não basta reconstituir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice e versa, o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo. (HALBWACHS, 2003, p. 39).

Com isso, percebemos que a memória não é um fenômeno individual e de impulso subjetivo, mas está inserida em uma abordagem epistemológica e tem a estrutura material de determinados grupos ou sociedade como ponto de partida, sendo fonte de auxílio fundamental nos estudos históricos e na preservação do nosso patrimônio e bens culturais.

Desse modo, história e memória não podem ser pensadas de maneira independente e apenas a partir de recordações particulares, como uma inspiração ou liberdade individual, uma vez que estamos inseridos em condições sociais específicas e temos uma interação social entre indivíduo, sociedade e natureza, com suas mudanças, apropriações e relacionamentos.

Tais fatos ressaltam as ações dos indivíduos como seres sociais e a formação de uma memória individual que parte de uma experiência coletiva. Halbwachs (2003, p. 43) exemplifica que "[...] não nos lembramos de nossa primeira infância porque nossas impressões não se ligam a nenhuma base enquanto ainda não nos tornamos um ser social.". Isso significa que todas as lembranças que fazem parte de um grupo da sociedade e integram um ambiente coletivo são pensadas a partir de quadros sociais que antecedem os individuais (SANTOS, 2012).

Thompson (1981, p. 199), por sua vez, ressalta que "[...] os fins são escolhidos pela nossa cultura, que nos proporciona, ao mesmo tempo, nosso próprio meio de escolher e de influenciar nessas escolhas", reforçando que o individual sempre sofre a influência do coletivo.

Diante disso, entende-se que a memória parte de um fenômeno coletivo, sendo formada na experiência singular de viver dentro de um grupo, família ou sociedade, e se diferencia da história, pois esta se caracteriza por uma análise crítica e seus conceitos e sistemas metodológicos. Segundo Paul Ricoeur (1996, p. 11), "[...] o trabalho da história se entende como uma projeção, do nível da economia das pulsões ao nível do trabalho intelectual dessa dupla tarefa que consiste na lembrança e no esquecimento", fazendo desta um lugar de objetividade absoluta e da memória uma relação móvel e transmutável perante suas realidades e as experiências do indivíduo dentro de uma sociedade.

Mesmo o sujeito sendo um protagonista e agente histórico, por estar inserido em um grupo de referência, a memória será pensada e descrita de maneira coletiva. Tais grupos de referência tornam-se condicionantes para uma rememoração, ou seja, a existência ou presença de um ponto referencial permite uma lembrança viva do momento passado.

Esse processo dinâmico nos dá uma percepção, capaz de criar reflexões e sensações de um mundo exteriorizado, como se apenas em nós se originassem as ideias, reflexões, sentimentos e emoções que nos foram inspiradas pelo nosso grupo (HALBWACHS, 2003). Demonstra-se, então, que nossa memória e nosso ser são um eco de nossa vivência e de nossas referências sociais.

De forma coletiva e individual, a memória recebe as influências de pensamentos da coletividade e a transmissão de experiências capazes de produzir novos saberes e conhecimentos. Estes não estão desvinculados do conhecimento e da produção histórica, mas mantêm suas características e seus limites.

Eric Hobsbawm (1994), na introdução de seu livro “Era dos Extremos”, recorre à própria memória para nos mostrar a relação da memória coletiva com a individual, e suas influências. Ao relatar uma experiência pessoal de um fato social, explica que “[...] os acontecimentos públicos são parte da textura de nossas vidas” (HOBSBAWM, 1994, p. 13). O autor expôs este fato em seu cotidiano ao descrever:

> O dia 30 de janeiro de1933 não é simplesmente a data, à parte isso arbitrária, em que Hitler se tornou chanceler da Alemanha, mas também uma tarde de inverno em Berlim, quando um jovem de quinze anos e sua irmã mais nova voltavam para casa, em Halensee, de suas escolas vizinhas em Wilmersdorf, e em algum ponto do trajeto viram a manchete. Ainda posso vê-la, como num sonho. Mas não apenas um velho historiador tem o passado como parte de seu presente permanente. (HOBSBAWM, 1994, p. 13).

Portanto, os fatos históricos estão ligados à memória coletiva e esta se vincula diretamente à formulação da memória individual. Apoiam-se nas experiências singulares da história vivida (HALBWACHS, 2003), baseando-se nas vivências e não, conduzidos por datas, nomes ou fórmulas.

Esta memória coletiva pode auxiliar no estudo de uma história não linear, como novos tempos e novos sujeitos, superando o tempo histórico evolutivo e progressista, conforme descreve Walter Benjamin (1994, p. 229) ao colocar a história como “[...] objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’.”.

Nestes termos, a memória não está perdida ou vagando em um vazio, mas se entrelaça, de maneira antagônica, com o estudo dos fatos históricos e a vida em sociedade. Passa também a ser base para o registro historiográfico, em uma análise crítica das fontes, e se constitui como um ponto de partida vinculado a uma avaliação dos quadros reais, temporais e espaciais, estabelecendo um complexo de confluências e rupturas de uma crítica imanente. Tais elementos são especificados por Vieira, Peixoto e Khoury (1989) ao indicarem que toda fonte tem que ser estudada de maneira exaustiva e cuidadosa, com uma observação crítica da documentação, sua problematização e incorporação à interpretação histórica.

Mesmo com as diferenças entre a história e a memória e o seu distanciamento proposto por Halbwachs (2003), temos novas possibilidades historiográficas e de preservação da própria memória por meio de relações dinâmicas entre as classificações sociais e as mentais.

Com isso, os estudos de Maurice Halbwachs sobre a memória coletiva dialogam com um conceito mais amplo da história, não se limitando apenas a fatos oficiais, mas também a uma ampliação para as camadas mais populares e fundamentais nos estudos históricos (SANTOS, 2009).

A visão de uma memória coletiva, cujo indivíduo é agente histórico, proporciona uma história viva, transmitida entre gerações e com ponto de partida sempre no tempo atual para o passado. A esse respeito, Nora (1993, p. 10) argumenta que " todos os grandes remanejamentos históricos consistiram em alargar o campo da memória coletiva", de tal modo que a própria memória se torna um dos objetos da história.

4.3 Memória e Experiência

A memória, individual ou coletiva, são experiências e resultados de vivências, sejam estas como algo singular ou plural. Esses acontecimentos, que, por vezes, ocorrem através de experiências alheias, são transmitidos e criam a socialização na formação da memória coletiva.

A memória, além de ser formada por lembranças, esquecimentos e silêncio, também possui em sua constituição "[...] aquilo que ocorre ao espírito como resultado de experiências já vividas enquanto lembranças ou reminiscências." (MEINERZ, 2008, p. 54). Diante disso, as experiências, para influenciarem a memória, nem sempre precisam ocupar o mesmo tempo e espaço do indivíduo; basta pertencer ao seu grupo de referência ou ser fator de identidade cultural.

Memória e experiência sempre estiveram relacionadas, mesmo no século XVI, quando a experiência era designada como um derivado de acontecimentos reais ou mostrava uma observação sobre um teste ou prova, remetendo a lembranças particulares ou sociais.

Raymond Williams (2007, p. 172) considera que, atualmente, o conceito de experiência pode ser resumido como "[...] o conhecimento reunido a partir de acontecimentos passados, seja pela observação consciente seja pela consideração e pela reflexão.". Trata-se, portanto, de um ato de experimentar algo prático, que traz consigo aprendizagens e novos saberes constituídos sobre algo vivido, individual ou coletivamente. Desse modo, a constituição da experiência está intrinsecamente ligada à memória, que gera saberes e conhecimentos utilizados no convívio social e na formação do conhecimento e dos valores morais.

O filósofo alemão Walter Benjamim, que foi associado à Escola de Frankfurt e à Teoria Crítica, contribuiu fortemente para a análise da influência da experiência sobre nossas lembranças e esquecimentos. Jeanne Marie Gagnebin, no prefácio do livro "Obras Escolhida de Walter Benjamin Magia", destacou que, para Benjamin (1994), o historiador deve compor uma vivência com o estudo do passado, demonstrando que a experiência está embutida nas organizações sociais e em seus membros.

As experiências, acima mencionadas, proporcionam um intercâmbio de saberes e valores que ajudam a compor a memória coletiva. A memória revive algumas delas no tempo passado e, muitas vezes, restabelece relações com as do presente. Uma de suas características, passadas ou presentes, é o senso prático, utilizado na composição social e na transmissão de conhecimentos. Nos textos "O Narrador" e "Experiência e Pobreza", Walter Benjamin (1994) tratou a experiência como um fator comum da comunidade, fundado em suas dimensões práticas e lembranças individuais ou coletivas. As experiências passadas colaboram para a retenção de informações e promovem uma confluência da memória na formação de uma identidade social e em sua forma de refletir sobre o passado e o presente e o mundo em que estamos inseridos.

A experiência, para Benjamin (1994, p. 123), pode ser transmitida, "de modo benevolente ou ameaçador", passível de transformar nossa realidade e as formas de pensar. Sendo assim, "[...] o pensamento atua na memória: ela se desloca e está em movimento (HALBWACHS, 2003, p. 64)", aspirando novas experiências e alterando as relações sociais.

Em trecho do texto "O Narrador", Walter Benjamin (1994, p. 210) explica que "a memória é a mais épica de todas as faculdades", ratificando a importância da lembrança e do esquecimento na formação da identidade cultural de uma sociedade, ao explicitar que "[...] somente uma memória abrangente permite à poesia épica apropriar-se do curso das coisas, por um lado, e resignar-se, por outro lado com o desaparecimento dessas coisas, como o poder da morte.". Assim, vemos a memória apresentar suas múltiplas ações na composição do nosso patrimônio cultural.

O intercâmbio das experiências também é fundamental para evitar a supressão da memória e promover novos saberes e conhecimentos ao indivíduo. No caso da obra "Narrador", de Walter Benjamin (1994), fica evidente que, ao relatá-las, são ampliadas as possibilidades de prolongar a memória do ouvinte. Portanto, do mesmo modo que consideramos a memória como elemento fundamental para transmitir o conhecimento das experiências passadas, o inverso também é verdadeiro. Percebemos que a memória permite e cria possibilidades para invocar as experiências vividas e auxiliar na formação de novos saberes constituídos no cotidiano.

Benjamin (1994), no texto "Sobre alguns temas em Baudelaire", também escreve que a memória é essencial para a estrutura filosófica da experiência, tendo em vista que esta também se utiliza de dados retidos pela memória para ser utilizada como aspecto de conhecimento e saber. A relação entre a memória e a experiência cria estruturas sociais que interferem diretamente no cotidiano social e político de uma sociedade, pois são elementos que auxiliam na formação dos valores morais e éticos.

Ao continuar a relatar sobre sua memória e experiência no início do século XX, Hobsbawm (1995, p. 13) afirma que "[...] em vastas extensões do globo todas as pessoas de determinada idade, independentemente de origens e histórias pessoais, passaram pelas mesmas experiências centrais.". Foram estas que nos marcaram, em certa medida, da mesma forma, criando uma memória coletiva através de uma experiência geral.

Edward P. Thompson, um dos principais estudiosos ingleses sobre o conceito de cultura, em seu famoso estudo sobre "A Formação da Classe Operária Inglesa", apresenta os processos formativos de uma classe social, postulando que a experiência vivida teria dado ao grupo social uma dimensão histórica. Em vista disso, entende que a memória se faz de forma ativa e consciente, como algo que acontece nas relações humanas, criando experiências que formam a cultura por meio das tradições, dos valores, ideias e instituições (THOMPSON, 1981).

Essas ações vivenciadas, que ressaltam o caráter histórico do ser social e a formação de sua memória, individual ou coletiva, emergem de novas perspectivas a serem estudadas em sua complexidade, como aponta Thompson:

> Experiência – [...] por imperfeita que seja – é uma categoria indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento [...] ela é válida e efetiva dentro de determinados limites [...]. A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não no pensamento. Surge porque homens e mulheres são racionais e refletem sobre o que acontece a Eles e a seu mundo. (THOMPSON, 1981, p. 199-200).

Assim, as experiências vividas pelos agentes históricos colaboram na formação das ideias, dos valores e da memória, sejam coletivos ou individuais. Tais aspectos apoiam a formação da memória coletiva e suas reflexões sobre o sujeito e seu grupo de referência, seja no tempo atual ou passado. Decorre, então, a importância de salvaguardar esta memória, não apenas pelos valores e tradições, mas também pelo seu auxílio na história e nos dados incontidos e incontáveis.

Diante disso, percebemos que a ligação entre memória e experiência é inevitável, conforme menciona Meinerz (2008, p. 70), em sua dissertação "Concepção de experiência em Walter Benjamin": "Se (quase) já não possuímos experiências, não precisamos de memória, pois não temos o que revivificar. O franco declínio da faculdade de intercambiar experiências e também o perecimento da memória.".

Então, ao discutirmos a memória e a sua preservação, levamos em consideração a experiência de diversos grupos sociais e a contribuição para a formação da memória coletiva e da identidade social. As experiências vividas e transmitidas sempre serão referenciais para a memória e sua difusão, além de ajudarem a pensar e refletir sobre a organização cultural, a formação política e a ideológica de uma cidade, de um Estado ou de uma nação.

4.4 Memória e Patrimônio Histórico

Todo o patrimônio histórico é formado por memórias coletivas, que guarda valores, saberes, conhecimentos e elementos de uma identidade social, os quais estão contidos nas lembranças de uma sociedade. Dessa forma, serão usados tanto como referenciais do passado como também ponto de reflexão do presente e para o futuro.

Segundo Gonçalves (2009), o patrimônio é uma categoria do pensamento presente em diversas sociedades e comum ao nosso cotidiano. Trata-se de uma categoria considerada fundamental para a vida social e o pensamento coletivo. O patrimônio transita analiticamente entre diversas realidades sociais e diversas culturas. Ao estudarmos o patrimônio histórico como categoria de pensamento na atualidade, temos um conceito bem definido, com delimitação precisa, mesmo havendo a diferenciação entre os materiais e imateriais.

Inicialmente, o termo patrimônio estava ligado às questões de propriedades privadas. A palavra patrimônio vem do latim patrimonium, que significa pertencimento ao pai da família. Na Roma Antiga, o termo era empregado no sentido de herança e valor econômico, que abrangia as questões familiares ou de interesses jurídicos. Não existia o conceito de patrimônio público, histórico ou cultural.

Durante a Idade Média (séculos V ao XV), na Europa Oriental, a ideia de patrimônio começa a receber novos atributos, principalmente com o crescimento e consolidação do cristianismo como religião predominante no continente europeu. Mesmo com base no conceito romano aristocrático, na Idade Média, passou a agregar valores simbólicos, como o coletivo e o religioso. Os cultos religiosos e a veneração às relíquias e às imagens que representavam os santos eram realizados de maneira coletiva dando um novo sentido ao patrimônio (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

Com o Renascimento Cultural na Europa Ocidental, entre os séculos XIV e XVI, o conceito de patrimônio passa a ter atribuições culturais. Com a ideia da valorização do ser humano como centro das ações e o retorno aos pensamentos clássicos da Antiguidade, os renascentistas apreciavam os vestígios deste período e lhe atribuíram novos valores.

Porém, é na formação dos Estados Nacionais que o conceito de patrimônio começa a ser reconhecido como bem cultural e histórico. Segundo Funari e Pelegrini (2006, p. 15), "[...] o surgimento dos Estados Nacionais era o que faltava para desencadear uma transformação radical no conceito de patrimônio", pois rompia com a ideia de bem particular e ligado a uma aristocracia. Esta transformação foi necessária, uma vez que, para a consolidação dos Estados Nacionais, era importante a construção de bases históricas e culturais comuns. Neste momento, o conceito de patrimônio representava a base comum de uma sociedade e seus indivíduos, seja pelos aspectos culturais ou históricos, com valores comuns compartilhados por todos.

No entanto, no século XX, com a consideração da diversidade social dentro de um país ou de uma comunidade, o conceito de patrimônio torna-se mais amplo, pois passa a ser reconhecido em vários grupos sociais, como os negros, as mulheres, os indígenas, os trabalhadores e outros protagonistas sociais. Deixa de ser considerado apenas como algo material e começa a concepção de um patrimônio imaterial, que valoriza atributos das práticas e domínios da vida social, os quais se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações, formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares, sendo referência para a formação da identidade social de diversos grupos.

Patrimônio histórico é um termo corrente no vocabulário contemporâneo, acumulado em dois séculos de discussões sistemáticas internacionais e em menos de um século no Brasil (ainda assim, também histórico). Ao longo do tempo, o conceito de patrimônio evoluiu abarcando bens de natureza variada e, por isso, reconhecidos por não menos variados motivos, um deles, por exemplo, o histórico. Assim, quando um bem é reconhecido como patrimônio histórico significa que ele guarda um valor cultural fundamentado em razões destacadas da história, ou do processo histórico importante para determinado povo e região, e isso, exatamente, representa uma face de conjunto mais abrangente, hoje compreendido como patrimônio cultural. (BEM, 2014, p. 39).

A constituição de nosso patrimônio histórico ou cultural na contemporaneidade está ligada, portanto, com a formação de uma memória coletiva. Consideramos o patrimônio histórico, material ou imaterial, como bens culturais que representam momentos históricos, sejam pelos aspectos concretos da vida humana ou pelos objetos e artefatos que buscam valorizar os processos e as integrações sociais. Nesse sentido, compreendemos que o termo não engloba apenas o produto finalizado, mas carrega consigo os saberes, as técnicas e a dinâmica da vida cultural de diversos grupos sociais.

Assim, temos uma associação direta da atribuição do conceito de patrimônio histórico, que absorve elementos formados pela memória coletiva, no qual a população tem reconhecimento e identificação.

O patrimônio histórico e cultural de natureza imaterial tem importante representação junto às classes sociais que, muitas vezes, foram excluídas da sociedade. Os bens imateriais estão mais ligados à forma de viver do que propriamente às relações e à constituição de bens materiais. Determinar o que é ou não um patrimônio histórico ou cultural de uma nação, de uma cidade ou de segmentos da sociedade reforça os discursos impostos ou representativos de determinados grupos sociais. Percebemos que as consolidações do patrimônio histórico estão circunstanciadas a diferentes interlocuções e distintas apropriações do passado e da memória coletiva.

A determinação de um patrimônio histórico, quer pelo registro de um bem imaterial, o tombamento de um bem móvel ou meramente pelo reconhecimento da comunidade, não é um ato passivo; traz consigo atribuição de valores, conceitos e propósitos que influenciam na preservação e conservação destes.

O ato de preservar certifica a compreensão da memória coletiva nos elementos que formam o patrimônio histórico (LEMOS, 2013). Tais aspectos muitas vezes ocorrem pela materialização da memória registrada em um patrimônio material ou nos reconhecimentos do imaterial.

O patrimônio, como um elemento ou uma interface da memória coletiva, cumpre uma função social como um signo ou um sistema de linguagem para determinada sociedade. Constituem discursos da memória, pois carregam consigo valores específicos constituídos de uma motivação e base cultural (FONSECA, 2009).

Nesta composição do patrimônio, como registro da memória coletiva e elemento de representatividade da vida cotidiana e cultural de determinados grupos sociais, identificamos a necessidade da preservação, não apenas por manter o antigo ou uma exaltação do passado de classes sociais, mas como fonte de uma identidade social e da diversidade cultural, favorecendo a democratização da sociedade.

Nesse sentido, o patrimônio, material ou imaterial, tem um potencial analítico para o entendimento e a transformação da vida social e cultural de uma cidade. O patrimônio cultural pode ser entendido como mediador da apropriação e ocupação dos espaços, estabelecendo elos entre o passado e o futuro. Consiste em uma acumulação de bens de uma sociedade, que contribui para a formação de sua identidade e o reconhecimento de sua importância histórica.

Também ressaltamos que o acesso ao patrimônio trabalha na consciência coletiva e na formação de sua subjetividade, fator da expressão humana nas relações orgânicas. Não está

centrado na sociedade, na história ou na natureza; ele próprio, na verdade, constitui um centro que é histórica e culturalmente formado por uma memória coletiva, podendo assumir múltiplas formas no tempo e no espaço.

05

INVENTÁRIO: UTILIDADES, DIMENSÕES E PERSPECTIVAS

Os IPHAC é um instrumento privilegiado para a preservação da memória e da memória coletiva, difusão do conhecimento cultural e de ações educativas. Sendo desta forma, local que auxilia na formação da identidade e na construção do conhecimento histórico de uma cidade, que busca ações de promoção da cidadania plena.

A criação do IPHAC possibilita novos diálogos entre sociedade civil, governo municipal e público escolar, promovendo a inclusão sociocultural na cidade e criando políticas de afirmação de identidades com as quais a população se aproprie e se reconheça.

Assim, podemos ampliar a compreensão da população sobre a importância da História da cidade e auxiliar no debate relativo à formação de Cabreúva e suas relações sociais, através da interação dos cidadãos e de uma política educacional contínua e permanente.

5.1 Por que criar o IPHAC?

O IPAHC é um conjunto de ações voltadas para o registro, preservação e divulgação da história das comunidades, em seus diversos aspectos, sejam eles culturais, sociais ou econômicos. As ações propostas no IPACH contemplam os programas institucionais de acervos, exposições, educativo, cultural, pesquisa e divulgação.

Com isso, temos a necessidade de uma tomada de consciência acerca das instituições de memória e do patrimônio histórico, com ações fundamentais e com papel decisivo num mundo em transformação e na construção da identidade de um povo. Nesta perspectiva, a abordagem da realidade sociocultural deve ser multidisciplinar e interdisciplinar.

5.2 Relação entre IPHAC e sociedade

O IPHAC é um instrumento técnico de participação coletiva, construído de maneira plural pela memória coletiva dos cidadãos de Cabreúva que fazem e refazem a cidade em seu cotidiano. Dessa forma o IPHAC estabelece as diretrizes junto à sociedade cabreuvana; a participação popular e a pesquisa histórica fundamentada na ciência.

Com isso, reconhecemos a cidade de Cabreúva como um espaço da possibilidade do encontro das diferenças e das semelhanças, o que permite a constituição de identidades plurais, mas, acima de tudo, humanas, sem ser guiado pelas relações individualistas e personalistas, que muitas vezes excluem a maioria da população na formação da cidade.

5.3 Relação entre IPHAC e educação patrimonial

O IPHAC são discursos criados com intenção de comunicar ideias, conceitos e informações para a cidade e seus moradores, tendo a memória coletiva como referência principal. As ações educativas realizadas na implantação do IPHAC visam ampliar as possibilidades de aproveitamento pedagógico dos acervos, para que o educando acentue seu espírito crítico em relação à sua realidade e daqueles que estão à sua volta.

As mediações e participação efetiva na construção do IPHAC por setores educacionais ampliam o potencial pedagógico e estabelecem um diálogo entre cultura, educação e a sociedade como um todo.

06

METODOLOGIA

A memória como uma das essências da cidadania e democracia, permitindo a reflexão sobre o tempo passado, presente e futuro e sendo inclusiva de grupos sociais que, muitas vezes, ficaram à margem das decisões políticas e não foram considerados na escrita "oficial" da história da cidade.

Diante disso, os tombamentos dos patrimônios materiais, o registro do patrimônio imaterial e as ações legislativas para a preservação da memória coletiva têm grande relevância no cotidiano da localidade, ao carregarem consigo valores, saberes e conhecimentos.

Ao compreender que essas ações são fundamentais na construção do sujeito crítico e autônomo, exaltamos a necessidade de preservarmos nosso patrimônio por meio de políticas públicas culturais e da conscientização dos cidadãos, promovendo a acuidade da apropriação dos espaços históricos de nossa cidade.

Preservar o patrimônio do município e sua memória coletiva é se apropriar dos bens culturais e permitir as ocupações racionais e sustentáveis que valorizam, universalizam e democratizam a cultura. Defendemos que a preservação do patrimônio é uma responsabilidade coletiva e que o poder público deve orientar e garantir a valorização de seu patrimônio cultural.

Dos pensamentos de Aristóteles (2012) sobre a memória como uma parte da alma até aos de Maurice Halbwachs (2003) que explicam o fato de todas as memórias serem fenômenos sociais, a memória sempre foi fundamental para a convivência coletiva do homem e a alteridade do indivíduo com o outro e consigo mesmo. Trata-se de pensar a memória como um dos genes da sociedade, do ser humano ou de nossas diversas instituições e reconhecer que as lembranças, os esquecimentos e os silêncios são eminentes na formação dos nossos valores, éticos, morais e/ou culturais. A memória, portanto, é reforçada com um pensamento atual que busca no passado referencial para estimular novos padrões e reflexões.

Ao compreendermos sua relevância, não podemos negligenciar a importância da preservação e nem tratá-la como um fato de fetiche ou narcisismo de determinados grupos sociais ou políticos. A memória deve ser considerada como elemento capaz para a construção da identidade social e fator de reflexão sobre nossas práticas.

Sendo assim, o poder público e a sociedade civil necessitam criar mecanismos e instrumentos para que a memória de todos os grupos sociais seja respeitada e ganhe sua representatividade nos lugares de memórias e na historiografia. Desse modo, poderemos combater aspectos de intolerância e dominação causadas pelo silenciar de diversas memórias, além de contribuir diretamente para a formação de uma sociedade mais democrática e cidadã.

Outro problema encontrado ao longo da pesquisa foi que a memória é tratada, na legislação, apenas como parte de nosso patrimônio cultural e, notadamente, como patrimônio cultural material, o que gera uma grande dificuldade em reconhecer outras de suas interfaces e criar instrumentos de proteção para isso, com o intuito de fortalecer nossa formação e organização cultural.

As ações para a preservação da memória coletiva e do patrimônio histórico e cultural precisam fazer parte de uma política de Estado, com o apoio da sociedade civil e formuladas a partir de estudos técnicos e discussões entre os legisladores e a população, levando em conta a trajetória completa da norma de conservação que se pretende implantar. No entanto, para isso, será necessário um pacto de diversos grupos sociais e políticos que compõem Cabreúva, a fim de garantir a preservação da memória coletiva da cidade e a inserção de todos em sua história.

Um Plano Municipal de Preservação da Memória Coletiva como instrumento de orientação do poder público e da sociedade civil e de planejamento e implantação das políticas públicas, a médio e longo prazo, pode ser o caminho para se estabelecer uma administração governamental na localidade que garanta a preservação e a reflexão sobre o patrimônio histórico e cultural. Este Plano também ajudaria na fiscalização sobre a preservação na cidade e na constituição de nova legislação referente ao tema.

Com estudos técnicos sobre a importância da salvaguarda da memória coletiva, a participação de especialistas na área e da população local em geral, de forma ampla e democrática, o Plano Municipal de Preservação da Memória Coletiva traçar diretrizes não somente para o tombamento ou registros dos bens materiais, mas para a implantação de uma educação patrimonial no ensino formal e não formal, a constituição e gestão dos espaços da memória e instruções para a efetivação das políticas públicas de difusão, fomento e conservação da memória coletiva e da história.

Com as premissas de caráter participativo, com planejamento técnico e político, integrando a gestão municipal e alinhada às políticas públicas, no âmbito federal e estadual, o Plano Municipal de Preservação da Memória coletiva seria uma forma legítima de inserção de diversos grupos sociais na produção historiográfica da cidade e de um pacto institucional e

político, envolvendo governantes, agentes públicos e a sociedade em geral. Estariam operando como cartas de navegação para nortear os rumos da preservação da cidade e colaborar na compreensão e valorização da experiência dos distintos grupos sociais que formam a sua identidade social e trajetória histórica.

Além das premissas fundamentais para a constituição do Plano, também são necessários os princípios que reconheçam o município como protagonista na preservação da história local, a transparência e a legitimidade com o intuito de garantir a participação e a representatividade de todos e a objetividade para que os caminhos a serem trilhados e os resultados a alcançar sejam amplamente conhecidos e compreendidos. Desse modo, podemos criar mecanismos para uma preservação consciente e sustentável dos patrimônios históricos e culturais da cidade e a compreensão da importância da memória na formação social.

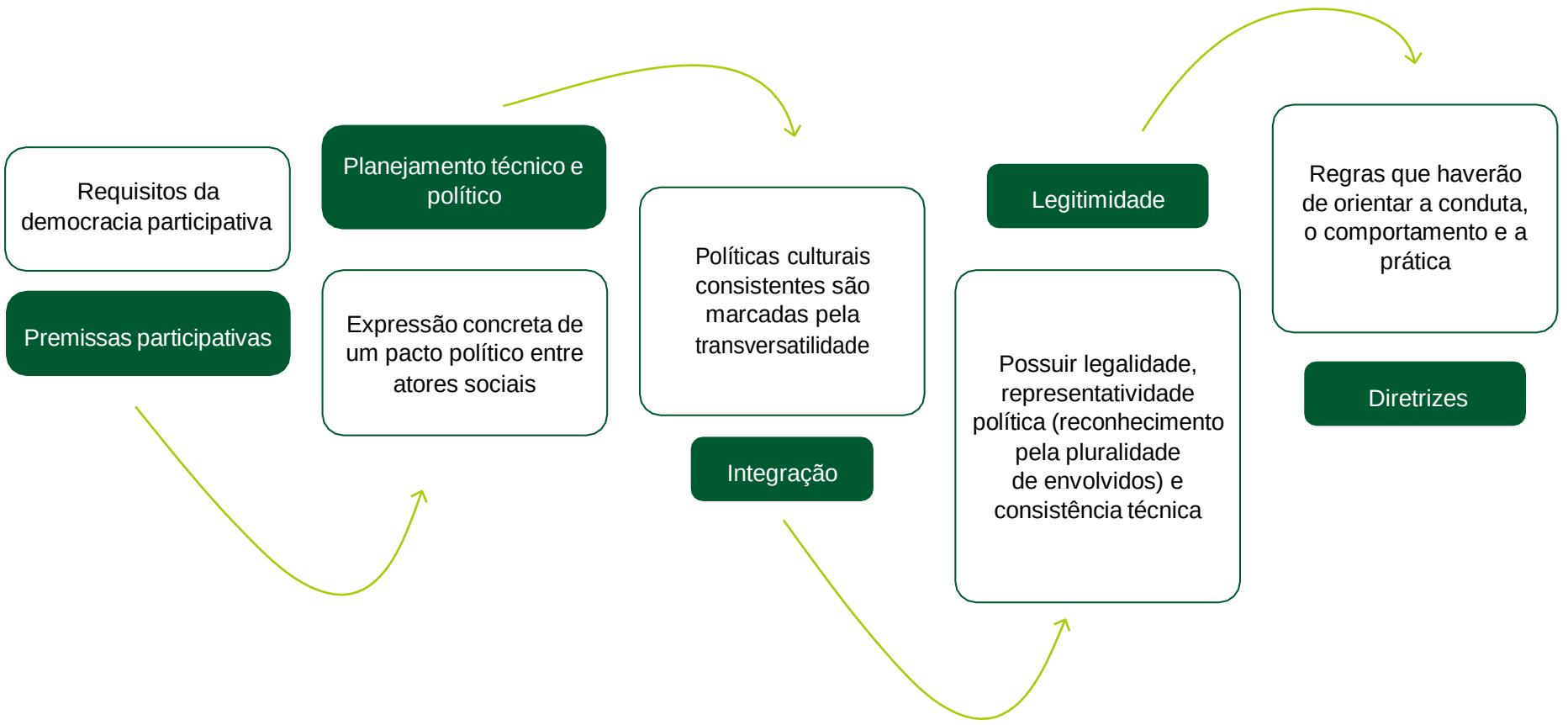
Contudo, o Plano Municipal de Preservação da Memória Coletiva é apenas um dos mecanismos que poderão ser utilizados, além do alinhamento com as orientações e o cumprimento das leis federais. É importante ressaltar que a memória coletiva, muitas vezes, não precisa e nem será legislada ou institucionalizada para manter a sua preservação, mas será conservada pelo reconhecimento espontâneo da população e incorporará a identidade social da cidade de maneira orgânica, sem perder sua legitimidade e representatividade. Nesses casos, o poder público local tem que respeitar e fomentar estas memórias como elementos sociais da localidade e dos grupos onde elas nascem e são importantes.

Assim, ao analisarmos a configuração atual de preservação no município, percebemos que ampliará a participação de novos grupos sociais, sendo um fator positivo para o aprimoramento da compreensão sobre a formação social e o respeito às diversidades culturais. No entanto, percebemos que existe um vasto campo de trabalho que precisa ser executado com objetividade e metodologia adequada, além de buscar o fortalecimento da participação popular nas decisões de preservação e na compreensão de uma cidade para todos.

Mesmo com os desafios expostos pela ausência de um programa conciso de preservação, a disparidade das leis e a trajetória histórica do local apresentam oportunidades para superar as situações adversas, incentivar o interesse coletivo e emergir as potencialidades da memória para uma sociedade igualitária e uma organização cultural democrática.

Com isso, determina uma metodologia que integra ações técnicas e participações populares, com determinação que priorize a compreensão do patrimônio artístico cultural, histórico e artístico por toda a população da cidade. O trabalho técnico foi um balizador entre o entendimento da população e os estudos referentes ao tema. Para mostrar a sistematização,

apresentamos os seguintes esquemas; Com isso, conseguimos implantar uma questão significativa não apenas para um segmento da população ou apenas como uma relação impositiva em dimensões verticais, mas possibilitar a participação da popular e reforçar a ideia central de que todos os patrimônios são referências de uma memória coletiva e precisam ser construídos de maneira democrática. Para tanto, apresentamos a seguir dois elementos de sua essência para a consolidação do IPHAC como uma política pública e em seguida com elemento baseado em pesquisa e ciência, fatores que são consolidados na unificação do encontro do trabalho técnico e da participação popular e capazes de construir diretrizes sólidas, eficazes e executáveis.



07

PESQUISA

Segundo dados do IBGE (2022)[1], a cidade de Cabreúva/SP tem uma área territorial de 259.807 km² e com uma população de 51.130 pessoas, formando uma densidade demográfica de 159,87 hab/km².

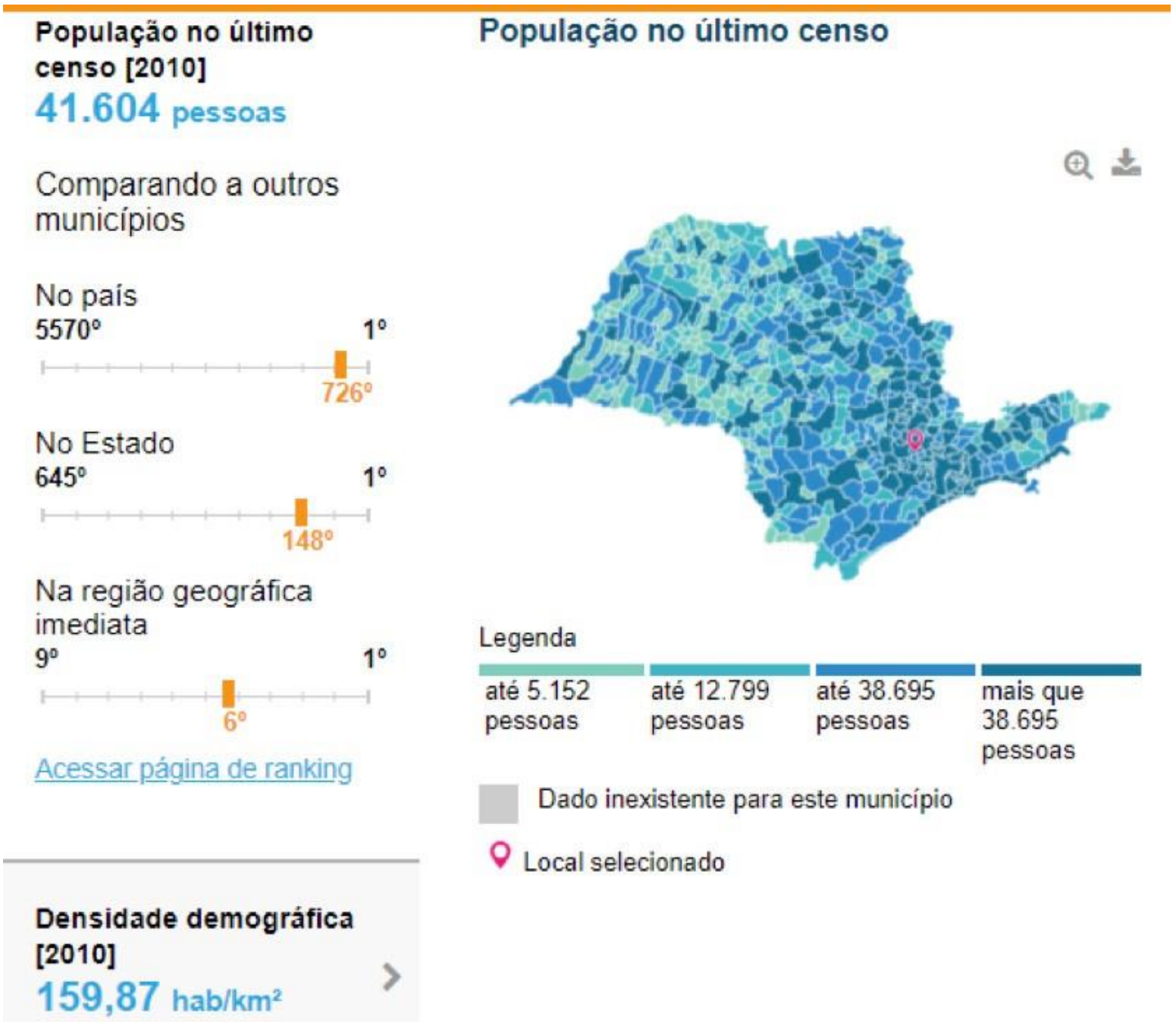


FIGURA 01: POPULAÇÃO NO ÚLTIMO CENSO [2010]
FONTE: HTTPS://CIDADES.IBGE.GOV.BR/BRASIL/SP/CABREUVA/PANORAMA

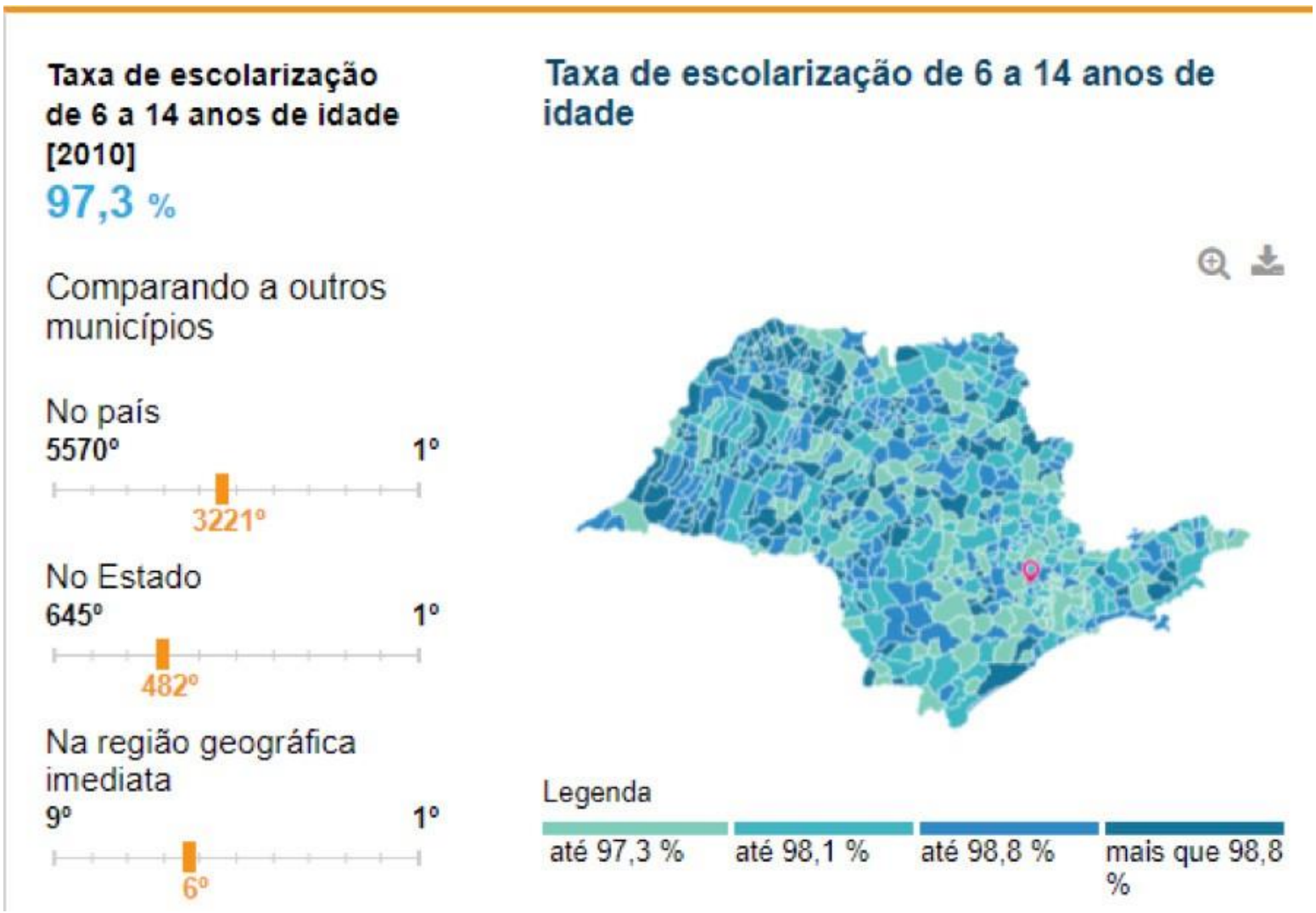


FIGURA 02:TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO [2010]

A taxa de alfabetização do município de Cabreúva é superior aos índices nacionais. Para tanto, existe um potencial para a melhoria dos dados e a construção de uma política de preservação e difusão dos patrimônios históricos, artísticos e culturais que colaboram efetivamente para este aumento. Pensar os patrimônios culturais como agregadores de conhecimento e valores, possibilita para Cabreúva uma política continuada em diversas áreas da gestão pública, principalmente cultura, turismo, educação e economia.

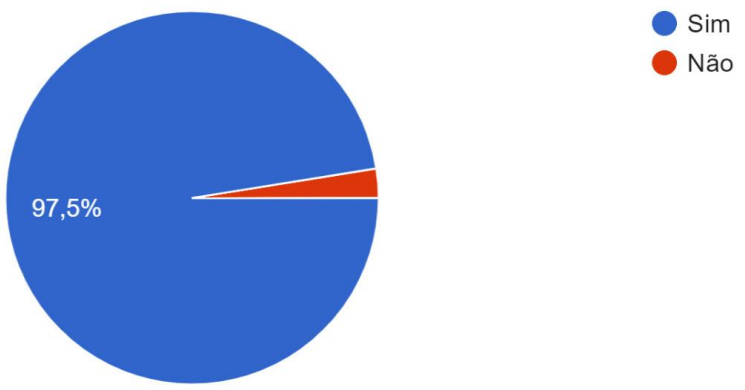
Nestas perspectivas, para a construção coletiva do IPHAC procuramos integrar a diversidade populacional da cidade e alcançar uma parcela significativa da população que tenha a representatividade de etária, de gênero, etnia e relações trabalhistas.

Para tanto, foi aplicado uma pesquisa via Google Forms, buscando abranger segmentos da população, que de maneira empírica colocaram suas opiniões e interpretações sobre os patrimônios da cidade e serviram como base para a continuidade do trabalho técnico. A pesquisa foi respondida por 157 pessoas que ocupam cargos nas áreas de indústrias, de venda de serviços, estudantes e funcionários públicos. Entre a questão etária também houve uma grande cobertura, ressaltando uma pluralidade na visão do patrimônio realizado pela pesquisa, tendo pessoas com 14 até 81 anos, mostrando uma relação ampla sobre as perspectivas e dimensões sobre a memória e a história de Cabreúva. Também, temos o fator de migração

representada por indivíduos que são de diversas regiões do país e que habitam a cidade com temporalidades diferentes.

Para tanto, apresentamos alguns dados para a reflexão e a construção do IPHAC:

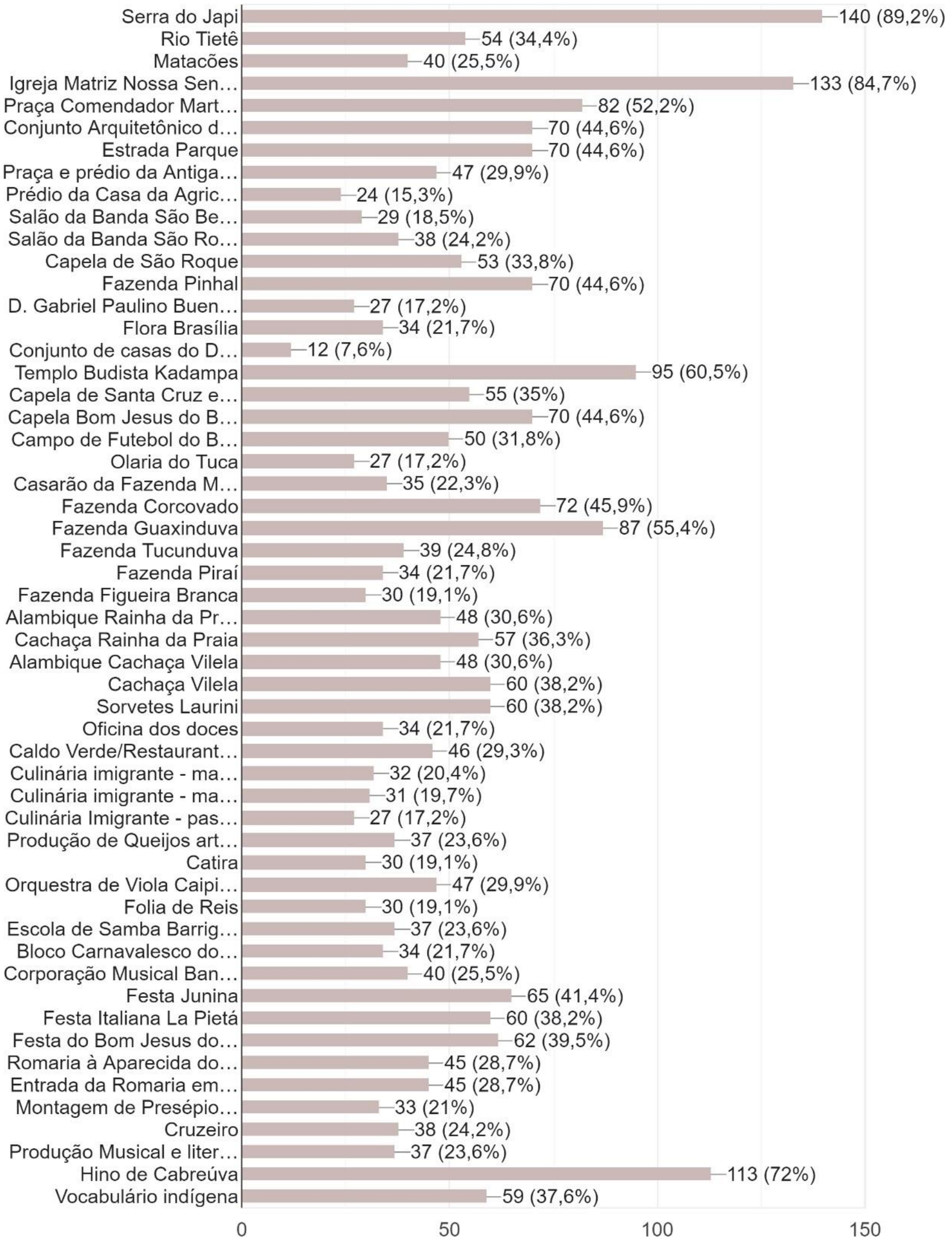
Você acha que Cabreúva tem patrimônios históricos, artísticos e culturais?
157 respostas



Se respondeu "sim", você acha que Cabreúva tem:
157 respostas

Quais desses itens você considera patrimônios de Cabreúva? Pode selecionar mais de uma opção

157 respostas



Os dados contextualizados passam a ser informações, capazes de edificar o início de um trabalho sobre a política pública de patrimônio em Cabreúva. Ao observarmos os índices de indicações dos bens que devem ser considerados como patrimônios históricos, artísticos e culturais da cidade, notamos a necessidade da implantação de uma educação patrimonial, que promova diálogos plurais entre poder público e sociedade civil.

Com os apontamentos dados na pesquisa, podemos caracterizar uma linha de atuação para o início da pesquisa sobre bens com valores históricos e forte representativa em setores da sociedade cabreuvana.

08

PATRIMÔNIOS CULTURAIS

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 216, ampliou o conceito de patrimônio estabelecido pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, substituindo a nomeação de Patrimônio Histórico e Artístico, por Patrimônio Cultural Brasileiro. Essa alteração incorporou o conceito de referência cultural e a definição dos bens passíveis de reconhecimento, sobretudo os de caráter imaterial. A Constituição estabelece ainda a parceria entre o poder público e as comunidades para a promoção e proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro, no entanto mantém a gestão do patrimônio e da documentação relativa aos bens sob responsabilidade da administração pública.

Enquanto o Decreto de 1937 estabelece como patrimônio "o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico", o Artigo 216 da Constituição conceitua patrimônio cultural como sendo os bens "de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira".

Nessa redefinição promovida pela Constituição, estão as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

8.1 Patrimônio Imaterial

Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial.

Nesses artigos da Constituição, reconhece-se a inclusão, no patrimônio a ser preservado pelo Estado em parceria com a sociedade, dos bens culturais que sejam referências dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. O patrimônio imaterial é transmitido de geração a geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) definem como patrimônio imaterial "as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural." Esta definição está de acordo com a Convenção da Unesco para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, ratificada pelo Brasil em março de 2006.

Para atender às determinações legais e criar instrumentos adequados ao reconhecimento e à preservação desses bens imateriais, o Iphan coordenou os estudos que resultaram na edição do Decreto nº. 3.551, de 4 de agosto de 2000 - que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) - e consolidou o Inventário Nacional de Referências Culturais (INCR).

Em 2004, uma política de salvaguarda mais estruturada e sistemática começou a ser implementada pelo Iphan a partir da criação do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI). Em 2010 foi instituído pelo Decreto nº. 7.387, de 9 de dezembro de 2010 o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), utilizado para reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, ação e memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

8.2 Patrimônio Material

O patrimônio material protegido pelo Iphan é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza, conforme os quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial e, também, ao estabelecer outras formas de preservação – como o Registro e o Inventário – além do Tombamento, instituído pelo Decreto-Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, que é adequado, principalmente, à proteção de edificações, paisagens e conjuntos históricos urbanos.

Os bens tombados de natureza material podem ser imóveis como as cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

8.3 Patrimônios Materiais e Imateriais de Cabreúva

Com objetivo de mapear e contextualizar os patrimônios materiais e imateriais da cidade de Cabreúva, a seguir apresentamos algumas fichas contendo informações, histórico e localização de alguns dos principais bens culturais do município.

SERRA DO JAPI

Data: Entre períodos geológicos do Ciclo Brasiliano e Ciclo Amazônico, há cerca de 500 Ma. Seu tombamento pelo CONDEPHAAT se deu em: 08 de março de 1983 e pela UNESCO em 1992.

Realização: CONDEPHAAT

Localização Geográfica: 354 km entre 4 municípios: Jundiaí, Cajamar, Pirapora do Bom Jesus e Cabreúva

Histórico: Suas formações geológicas variam de 500 a 2000M.a. Foi ocupada por povos indígenas semi-nômades tupi-guarani, mais notadamente do grupo Carijó, e sua ocupação acompanhou os ciclos econômicos do Estado de São Paulo: Rotas de Bandeiras, Tropeiros, lavouras de cana-de-açúcar e café e plantio de eucalipto, sobretudo no período das guerras mundiais.

Uso atual: Área de Proteção Ambiental – APA municipal desde 1984

Grau de conservação: Bom

Tipo de Bem: Imóvel

Patrimônio: Material

Grau de Tombamento: 1

Recomendação: Que se faça o tombamento municipal. Criação de um livro de registro de bens materiais de interesse histórico e efetue o tombamento. Livro do Tombo Histórico.

SERRA DO JAPI
FONTE: GOOGLE IMAGENS

IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DA PIEDADE

Data: Década de 1850 – Primeira missa realizada em 1856

Realização: Igreja Católica/Comissão Municipal para a construção.

Localização Geográfica: Centro Histórico de Cabreúva

Histórico: Edificada em terras doadas Antonio Manoel Brito Borba, sua construção teve início na década de 1850, sendo benta solenemente em 18/10/1856 com a celebração da primeira missa. Porém sua construção durou cerca de 30 anos, finalizando-se as obras em 1883.

Seguia o estilo arquitetônico do Barroco Paulista Tardio.

Uso atual: Celebrações da |Igreja Católica

Grau de conservação: Bom

Tipo de Bem: Imóvel

Patrimônio: Material

Grau de Tombamento: 1

Recomendação: Criação de um livro de registro de bens materiais de interesse histórico e efetue o tombamento. Livro do Tombo Histórico.

TEMPLO BUDISTA KADAMPA

Data: 2010

Realização: Centro de Estudos Kadampa

Localização Geográfica: Av. Cláudio Giannini, 2035 - Distrito do Jacaré, Cabreúva

Histórico: O local, junto à Serra do Japi, já funcionava como Centro de Meditação desde 2002, porém o Templo Kadampa Brasil, o maior do mundo na tradição Kadampa, foi inaugurado em outubro de 2010. Sua construção foi possível graças ao auxílio de voluntários de todo mundo.

Uso atual: Centro de orações e meditações budistas. Livro do Tombo Histórico.

Grau de conservação: Excelente

Tipo de Bem: Imóvel

Patrimônio: Material

Grau de Tombamento: 1

Recomendação: Criação de um livro de registro de bens materiais de interesse histórico e efetue o tombamento. Livro do Tombo Histórico.

IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DA PIEDADE
FONTE: GOOGLE IMAGENS

TEMPLO BUDISTA KADAMPA
FONTE: GOOGLE IMAGENS

PRAÇA COMENDADOR MARTINS

Data: Séculos XIX e XX

Realização: Prefeitura Municipal de Cabreúva.

Localização Geográfica: Centro Histórico de Cabreúva

Histórico: O traçado urbano atual da Praça Comendador Martins, remonta ao final do Século XIX, quando o político incentivou a abertura das ruas em torno da Igreja Matriz, estabelecendo sua residência no local. Ganhou o coreto na primeira metade do Século XX, e após uma recente revitalização (2018-2022) foram retirados os banheiros públicos e instalada uma Central de Atendimento ao Turista.

Uso atual: Praça pública

Grau de conservação: Bom

Tipo de Bem: Imóvel

Patrimônio: Material

Grau de Tombamento: 1

Recomendação: Criação de um livro de registro de bens materiais de interesse histórico e efetue o tombamento. Livro do Tombo Histórico.

ESTRADA PARQUE

Data: 1° de Maio de 1922

Realização: Departamento de Estrada e Rodagem - DER

Localização Geográfica: Cabreúva/Itu

Histórico: Parte da estrada ficava na propriedade rural de Washington Luís, que já usava a região como lazer e piquenique. Esse trecho foi a parte inaugural da construção da rodovia que ligava São Paulo à Mato Grosso, conhecida como Marechal Rondon. Em 1991 foi oficializado como Estrada Parque, tendo seu percurso e todo o conjunto paisagístico natural e construído preservado.

Uso atual: Rodovia – Estrada Parque

Grau de conservação: Ótimo

Tipo de Bem: Imóvel

Patrimônio: Material

Grau de Tombamento: 1

Recomendação: Criação de um livro de registro de bens materiais de interesse histórico e efetue o tombamento. Livro do Tombo Histórico.

PRAÇA COMENDADOR MARTINS
FONTE: ACERVO PESSOAL

ESTRADA PARQUE
FONTE: GOOGLE IMAGENS

CONJUNTO ARQUITETÔNICO DO CENTRO HISTÓRICO CASARÃO LAURINI

Data: Meados do Século XX

Realização: Família Laurini

Localização Geográfica: Avenida Marciano Xavier de Oliveira

Histórico: Casarão construído pela família de imigrantes italianos para ser Armazém de Secos e Molhados e residência da família. Único sobrado urbano remanescente do período cafeeiro do município.

Uso atual: Restaurante

Grau de conservação: Excelente

Tipo de Bem: Imóvel

Patrimônio: Material

Grau de Tombamento: 1

Recomendação: Criação de um livro de registro de bens materiais de interesse histórico e efetue o tombamento. Livro do Tombo Histórico.

CONJUNTO ARQUITETÔNICO DO CENTRO HISTÓRICO PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL

Data: Meados do Século XX

Realização: Prefeitura Municipal de Cabreúva.

Localização Geográfica: Rua Floriano Peixoto, Centro Histórico de Cabreúva

Histórico: Prédio que mescla três técnicas construtivas, de diferentes fases: taipa de pilão, taipa de pau-a-pique e tijolos, abrigou o grupo escolar municipal e atualmente é a sede administrativa do município.

Uso atual: Prefeitura

Grau de conservação: Bom

Tipo de Bem: Imóvel

Patrimônio: Material

Grau de Tombamento: 1

Recomendação: Criação de um livro de registro de bens materiais de interesse histórico e efetue o tombamento. Livro do Tombo Histórico.

FAZENDA GUAXINDUVA

Data: Século XIX

Realização: Propriedade Particular – Família Traldi

Localização Geográfica: Bairro do Cururu

Histórico: Propriedade do Século XIX, passou pelos ciclos econômicos do café, cultivo de uva e criação de gado, pertence a mesma família há 90 anos, a família Traldi. Guarda ruínas do período em que forneceu energia à Usina São Pedro, de Itu e a nascente do Rio Piraí que abastece a parte mais populosa da cidade, parte de Salto e Indaiatuba..

Uso atual: Propriedade voltada à preservação ecológica e dedicada ao ecoturismo

Grau de conservação: Excelente

Tipo de Bem: Imóvel

Patrimônio: Material

Grau de Tombamento: 1

Recomendação: Criação de um livro de registro de bens materiais de interesse histórico e efetue o tombamento. Livro do Tombo Histórico.

FAZENDA PINHAL

Data: Século XIX

Realização: Particular

Localização Geográfica: Rodovia D. Gabriel Paulino Bueno Couto, Bairro Pinhal

Histórico: A propriedade surgiu no ciclo canavieiro da região, quando essa área ainda pertencia a Itu. Em 1822, é citada pelo Barão de Langsdorff em seu diário, como um de seus pernoites pela região; passou pelo ciclo do café e da juta, e as edificações existentes atualmente na área da sede, são desses períodos mais recentes. Sua grande extensão foi fundamental para a determinação geográfica da cidade, e seu desmembramento originou o bairro homônimo, parte do Distrito do Jacaré e do bairro do Cai..

Uso atual: propriedade agrícola

Grau de conservação: Razoável

Tipo de Bem: Imóvel

Patrimônio: Material

Grau de Tombamento: 1

Recomendação: Criação de um livro de registro de bens materiais de interesse histórico e efetue o tombamento. Livro do Tombo Histórico.

CAPELA DO BOM JESUS DO BONFIM

Data: Século XIX

Realização: Comunidade Local

Localização Geográfica: Bairro do Bonfim

Histórico: Documentações da década de 1890 já descrevem a presença da Capela do Bom Jesus do Bonfim; construída em área doada por sítios da região, em seu entorno cresceu um bairro; guarda como Padroeiro, a fé na figura do Bom Jesus, bastante tradicional na região do Vale Médio do Tietê.

Uso atual: Celebrações da Igreja Católica

Grau de conservação: Bom

Tipo de Bem: Imóvel

Patrimônio: Material

Grau de Tombamento: 1

Recomendação: Criação de um livro de registro de bens materiais de interesse histórico e efetue o tombamento. Livro do Tombo Histórico.

CAPELA SÃO ROQUE DO BARREIRO

Data: Século XX

Realização: Comunidade do bairro/Centro Histórico

Localização Geográfica: Bairro do Barreiro

Histórico: A fé na imagem encontrada numa fazenda da região, remonta à segunda metade do Século XIX, quando havia no local um oratório. A atual capela, no entanto, foi inaugurada em Agosto de 1921, pela comunidade, como agradecimento pelo fim da epidemia de febre espanhola. Desde então, é realizada uma festa com procissão no mês de Agosto, quando se celebra o dia de São Roque.

Uso atual: Celebrações da Igreja Católica

Grau de conservação: Excelente

Tipo de Bem: Imóvel

Patrimônio: Material

Grau de Tombamento: 1

Recomendação: Criação de um livro de registro de bens materiais de interesse histórico e efetue o tombamento. Livro do Tombo Histórico.

CAPELA DE SANTA CRUZ E NOSSA SENHORA DE APARECIDA

Data: Década de 1950

Realização: Comunidade do Bairro Cururu, construída no “sistema de mutirão/putchirão”

Localização Geográfica: Avenida Cláudio Gianini, Bairro do Cururu

Histórico: Construída em área doada pelas famílias Conzo e Estanislau, foi inspirada em uma capela que se encontrava no caminho de Aparecida do Norte; foi elaborada com material e trabalho doados pela comunidade do bairro rural.

Uso atual: não tem, é cuidada pela comunidade católica do bairro

Grau de conservação: Bom

Tipo de Bem: Imóvel

Patrimônio: Material

Grau de Tombamento: 1

Recomendação: Criação de um livro de registro de bens materiais de interesse histórico e efetue o tombamento. Livro do Tombo Histórico.

FAZENDA CORCOVADO

Data: Século XX

Realização: Família Spina

Localização Geográfica: Bairro do Corcovado

Histórico: Fundada pela família de imigrantes italianos Spina, é um exemplar do desenvolvimento agrícola econômico do município, introduzido pelos imigrantes, no caso a avicultura..

Uso atual: Propriedade agrícola voltada para a criação de aves

Grau de conservação: Excelente

Tipo de Bem: Imóvel

Patrimônio: Material

Grau de Tombamento: 1

Recomendação: Criação de um livro de registro de bens materiais de interesse histórico e efetue o tombamento. Livro do Tombo Histórico.

FAZENDA TUCUNDUVA

Data: Século XIX

Realização: Família Silveira Arruda

Localização Geográfica: Rodovia D. Gabriel Paulino Bueno Couto, km 92,5

Histórico: Fundada a partir do desmembramento de outras propriedades, foi dedicada ao cultivo e beneficiamento do café. A sede de 1918, divide o espaço central com edificações do século XIX, como colônias, tulhas e terreiros de café. Localiza-se ao lado do Camping Cabreúva.

Uso atual: Turismo

Grau de conservação: Excelente

Tipo de Bem: Imóvel

Patrimônio: Material

Grau de Tombamento: 1

Recomendação: Criação de um livro de registro de bens materiais de interesse histórico e efetue o tombamento. Livro do Tombo Histórico.

FAZENDA PIRAI

Data: Século XVIII

Realização: propriedade particular

Localização Geográfica: Bairro do Piraí

Histórico: Documentações apontam como a primeira propriedade canavieira do Século XVIII, da expansão ituana que originaria o caminho de Itu à região central do município e seu núcleo urbano original.

Uso atual: propriedade particular

Grau de conservação: Bom

Tipo de Bem: Imóvel

Patrimônio: Material

Grau de Tombamento: 1

Recomendação: Criação de um livro de registro de bens materiais de interesse histórico e efetue o tombamento. Livro do Tombo Histórico.

FAZENDA FIGUEIRA BRANCA

Data: Século XIX

Realização: Família Silveira

Localização Geográfica: Piraí

Histórico: Fazenda produtora de cachaça até o século XX, exemplar remanescente do ciclo do açúcar.

Uso atual: Propriedade particular

Grau de conservação: Bom

Tipo de Bem: Imóvel

Patrimônio: Material

Grau de Tombamento: 1

Recomendação: Criação de um livro de registro de bens materiais de interesse histórico e efetue o tombamento. Livro do Tombo Histórico.

CAMPO E ESTÁDIO DO BOTAFOGO DO BONFIM

Data: Séculos XX

Realização: Comunidade Local/Prefeitura Municipal

Localização Geográfica: Bairro do Bonfim

Histórico: Construído pela população local, foi utilizado para as disputas futebolísticas municipais, sede do time do bairro e no seu salão, local de sociabilidade e cinema até a década de 1980.

Uso atual: Prática de Esporte/Espaço público

Grau de conservação: Excelente

Tipo de Bem: Imóvel

Patrimônio: Material

Grau de Tombamento: 1

Recomendação: Criação de um livro de registro de bens materiais de interesse histórico e efetue o tombamento. Livro do Tombo Histórico.

OLARIA DO TUCA - CHAMINÉ

Data: 1958

Realização: Família Spina

Localização Geográfica: Estrada Prefeito João Zacchi, 1921, Bairro Caí

Histórico: Fundada pela família, ainda atualmente proprietária, é herdeira da tradição oleira trazida pelos imigrantes italianos ao município e que ganhou expressão e diversificou a economia local.

Uso atual: Produtora oleira

Grau de conservação: Excelente

Tipo de Bem: Imóvel

Patrimônio: Material

Grau de Tombamento: 1

Recomendação: Criação de um livro de registro de bens materiais de interesse histórico e efetue o tombamento. Livro do Tombo Histórico.

CASARÃO DA FAZENDA MORUNGABA

Data: Meados do Século XX

Realização: Família Spina

Localização Geográfica: Estrada João Zachi, Bairro Caí

Histórico: Casarão construído pela família para residência

Uso atual: Fechado

Grau de conservação: Ruim

Tipo de Bem: Imóvel

Patrimônio: Material

Grau de Tombamento: 1

Recomendação: Criação de um livro de registro de bens materiais de interesse histórico e efetue o tombamento. Livro do Tombo Histórico.

PRAÇA ALBERTO MESQUITA DE CAMARGO E PRÉDIO DA ANTIGA CADEIA

Data: Meados do Século XX

Realização: Secretaria de Obras do Estado de São Paulo

Localização Geográfica: Rua Sorocaba, n. 08 / Centro Histórico

Histórico: Consta informação e foto em Almanaque do Estado de São Paulo, de 1910, que funcionava ali a Casa de Câmara e Cadeia; durante a segunda metade do Século XX, foi a Delegacia de Polícia da Cidade e nos anos 2000, foi cedida à Prefeitura Municipal para uso de diversas secretarias.

Uso atual: Secretaria do Meio Ambiente

Grau de conservação: Regular

Tipo de Bem: Imóvel

Patrimônio: Material

Grau de Tombamento: 1

Recomendação: Criação de um livro de registro de bens materiais de interesse histórico e efetue o tombamento. Livro do Tombo Histórico.

CASA DA AGRICULTURA

Data: Século XX

Realização: Secretaria Estadual da Agricultura

Localização Geográfica: Av. Marciano Xavier de Oliveira, 476

Histórico: Fundada pela Secretaria Estadual em ações de políticas de desenvolvimento agrário no Estado, a partir das décadas de 1950, com as Casas da Agricultura.

Uso atual: Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Casa da Agricultura

Grau de conservação: Bom

Tipo de Bem: Imóvel

Patrimônio: Material

Grau de Tombamento: 1

Recomendação: Criação de um livro de registro de bens materiais de interesse histórico e efetue o tombamento. Livro do Tombo Histórico.

SALÃO DA BANDA SÃO ROQUE

Data: Século XX

Realização: Corporação Musical São Roque

Localização Geográfica: Centro Histórico

Histórico: Construído em meados do Século XX para abrigar a sede da Corporação Musical, seus ensaios e bailes, foi erguido e é mantido em sistema de mutirão.

Uso atual: Sede da Corporação Musical São Roque

Grau de conservação: Ruim

Tipo de Bem: Imóvel

Patrimônio: Material

Grau de Tombamento: 1

Recomendação: Criação de um livro de registro de bens materiais de interesse histórico e efetue o tombamento. Livro do Tombo Histórico.

SALÃO DA BANDA SÃO BENEDITO

Data: Século XX

Realização: Corporação Musical São Benedito

Localização Geográfica: Centro Histórico

Histórico: Construído em terreno doado para a construção da Sede Social da Corporação Musical São Benedito, foi erguido a partir da doação e do trabalho de membros e amigos da Banda, no sistema de mutirão; faz “fundos” com o salão da Banda São Roque

Uso atual: Comodato com a Prefeitura Municipal de Cabreúva

Grau de conservação: Ruim

Tipo de Bem: Imóvel

Patrimônio: Material

Grau de Tombamento: 1

Recomendação: Criação de um livro de registro de bens materiais de interesse histórico e efetue o tombamento. Livro do Tombo Histórico.

CENTRAL DE SERVIÇOS URBANOS

Data: Década de 1950

Realização: Fazenda Provençal, proprietários família Castaldo

Localização Geográfica: Bairro Vilarejo

Histórico: O galpão foi construído durante a década de 1950 quando a área da margem esquerda do rio Piraí era uma fazenda produtora de flores; o espaço abrigava as mudas e as flores colhidas para serem carregadas para a venda.

Uso atual: Setor de Obras da Prefeitura Municipal de Cabreúva

Grau de conservação: Bom

Tipo de Bem: Imóvel

Patrimônio: Material

Grau de Tombamento: 1

Recomendação: Criação de um livro de registro de bens materiais de interesse histórico e efetue o tombamento. Livro do Tombo Histórico.

FLORA BRASÍLIA

Data: 1958

Realização: Miguel Castaldo

Localização Geográfica: Rodovia D. Gabriel Paulino Bueno Couto, km 89

Histórico: A flora foi fundada por Miguel Castaldo, morador da cidade de Jundiaí, após uma visita às obras de construção da futura cidade de Brasília. A área que se iniciou com 4 alqueires e atingiu seu máximo de 25 mil metros quadrados é coberta de vegetação nativa e introduzida, e das edificações próprias para o cultivo e venda das plantas. O local sempre foi utilizado para passeios, tanto de moradores quanto de visitantes.

Uso atual: Flora – plantio e venda de plantas

Grau de conservação: Bom

Tipo de Bem: Imóvel

Patrimônio: Material

Grau de Tombamento: 1

Recomendação: Criação de um livro de registro de bens materiais de interesse histórico e efetue o tombamento. Livro do Tombo Histórico.

CASAS DO DERSA - JACARÉ

Data: Década de 1950

Realização: Departamento de Estrada e Rodagem do Estado de São Paulo

Localização Geográfica: Bairro do Jacaré

Histórico: Vila operária do período da pavimentação da antiga Marechal Rondon/ atual Dom Gabriel Paulino Bueno Couto, foi construída para operários ligados à obra, em 1951.

Uso atual: Moradias particulares

Grau de conservação: Bom

Tipo de Bem: Imóvel

Patrimônio: Material

Grau de Tombamento: 1

Recomendação: Criação de um livro de registro de bens materiais de interesse histórico e efetue o tombamento. Livro do Tombo Histórico.

VISTA DO CRUZEIRO

Data: Início do Século XX

Realização: Prefeitura Municipal de Cabreúva.

Localização Geográfica: Bairro do Vale Verde

Histórico: O local guarda a vista da cidade imortalizada na música Ave-maria, de Erothides de Campos, e todas as histórias populares envolvendo o romance trágico/feminicídio envolvendo o irmão do músico. Há no local uma cruz que foi colocada no local posteriormente.

Uso atual: Ponto Turístico

Grau de conservação: Ruim

Tipo de Bem: Imóvel

Patrimônio: Paisagem

Grau de Tombamento: 1

Recomendação: Criação de um livro de registro de bens materiais de interesse histórico e efetue o registro. Livro do Tombo de lugares.

ACERVO DE PARTITURAS BANDA SÃO BENEDITO

Data: Século XX

Realização: Banda São Benedito

Localização Geográfica: Centro Histórico (Biblioteca Municipal)

Histórico: Produção e aquisição de partituras da Banda São Benedito.

Uso atual: Acervo

Grau de conservação: Bom

Tipo de Bem: Imóvel

Patrimônio: Material

Grau de Tombamento: 1

Recomendação: Criação de um livro de registro de bens materiais de interesse histórico e efetue o tombamento.

DOCUMENTAÇÃO DIVERSA – PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA

Data: Séculos XIX e XX

Realização: Prefeitura e Câmara Municipal de Cabreúva

Localização Geográfica: Centro Histórico (Biblioteca Municipal)

Histórico: Documentação diversa produzida entre os anos de 1890 e 1970 pelos órgãos públicos.

Uso atual: Acervo

Grau de conservação: Bom

Tipo de Bem: Imóvel

Patrimônio: Material

Grau de Tombamento: 1

Recomendação: Criação de um livro de registro de bens materiais de interesse histórico e efetue o tombamento.

HINO DE CABREÚVA

Data: Década de 1950

Realização: Joaquim Rabello Cintra

Localização Geográfica: Todo o município

Histórico: A letra e a melodia foram compostas na década de 1950 pelo músico e poeta, Joaquim Rabello Cintra e se diferencia por ser uma valsa, gênero musical muito popular entre os séculos XIX e XX, e sobretudo na cidade de Cabreúva, por seus diversos e renomados compositores. O arranjo da versão mais tocada é do maestro cabreuvano Benedito Mesquita da Silveira. A música, porém, só tornou-se oficialmente o Hino na década de 1970, durante a gestão do prefeito Antonio Odilon Franceschini.

Uso atual: Presente em todos os eventos públicos municipais

Grau de conservação: Excelente

Tipo de Bem: Móvel

Patrimônio: Imaterial

Grau de Tombamento:

Recomendação: Criação de um livro de registro de bens materiais de interesse histórico e efetue o tombamento.

PAISAGENS: RIO TIETÊ E MATACÕES

Data: Indefinida

Realização: Paisagem natural

Localização Geográfica: Centro Histórico de Cabreúva

Histórico: Área entre a margem direita do Rio Tietê e a margem esquerda do Rio Piraí

Histórico: A presença das rochas graníticas e sua marcante vegetação de transição na região atesta a relação com eras geológicas muito distantes no tempo e marcaram a configuração da agricultura da região e a exploração do granito Cabreúva; além disso torna o trecho do rio Tietê que corta o município, impossibilitado para a prática de navegação, influenciando a rota das bandeiras e monções que partiam de São Paulo, por Santana de Parnaíba.

Uso atual: lavouras, exploração de granito

Grau de conservação: Razoável

Tipo de Bem: Imóvel

Patrimônio: Material

Grau de Tombamento:

Recomendação: Criação de um livro de registro de bens intangíveis e de interesse histórico e efetue o tombamento

EMINÊNCIAS INDÍGENA

Data: Século XVIII

Realização: Colonização

Localização Geográfica: Presente em todo o município

Histórico: É marcante em todo Vale Médio do Tietê a presença da cultura indígenas demarcando: nomes de lugares, de fauna e flora, de acidentes geográficos e alimentos.

Uso atual: Por todo o município

Grau de conservação: Bom

Tipo de Bem: Móvel

Patrimônio: Imaterial

Grau de Tombamento:

Recomendação: Criação de um livro de registro de bens materiais de interesse histórico e efetue o tombamento.

CULINÁRIA IMIGRANTE

Data: Séculos XIX e XX

Realização: Imigrantes italianos e japoneses

Localização Geográfica: Todo o município

Histórico: Com a chegada de imigrantes europeus, sobretudo italianos e japoneses, novos hábitos foram introduzidos e acrescentados.

Uso atual: Cotidiano/setor gastronômico

Grau de conservação: Bom

Tipo de Bem: Móvel

Patrimônio: Imaterial

Grau de Tombamento:

Recomendação: Criação de um livro de registro de bens materiais de interesse histórico e efetue o tombamento.

CULINÁRIA TRADICIONAL – CALDO VERDE

Data: Séculos XIX e XX

Realização: Restaurante da Nena

Localização Geográfica: Centro Histórico

Histórico: O caldo ficou conhecido por alimentar e esquentar os romeiros que desde o século XIX utilizam a cidade de Cabreúva como "pouso" para chegarem no Santuário de Bom Jesus de Pirapora.

Uso atual: Comercialização

Grau de conservação: Excelente

Tipo de Bem: Móvel

Patrimônio: Imaterial

Grau de Tombamento:

Recomendação: Criação de um livro de registro de bens materiais de interesse histórico e efetue o tombamento.

CULINÁRIA TRADICIONAL – DOCES DE FRUTAS

Data: Séculos XIX e XX

Realização: Produção doméstica

Localização Geográfica: Por todo o município, mas no Centro Histórico ocorre com maior quantidade e é possível comprar

Histórico: A abundância das frutas típicas e a presença, desde sua origem, do açúcar criou uma tradição na fabricação de doces, e algumas doceiras ganharam notoriedade vendendo sua produção na cidade de São Paulo e região, atraindo turistas.

Uso atual: Uso doméstico / comercialização no Centro Histórico

Grau de conservação: Ótimo

Tipo de Bem: Móvel

Patrimônio: Imaterial

Grau de Tombamento:

Recomendação: Criação de um livro de registro de bens materiais de interesse histórico e efetue o tombamento.

CACHAÇAS ARTESANAIS

Data: Séculos XVIII, XIX, XX e XXI

Realização: Produtores de cachaça

Localização Geográfica: Bairros Piraí e Barrinha

Histórico: A produção da cachaça está ligada à colonização da área a partir do século XVIII; a partir da chegada do café, no século XIX, houve um recrudescimento na produção de açúcar, mas a cachaça, ainda que em regiões pontuais e em menor produção, continuou sendo produzida.

Uso atual: Comercialização

Grau de conservação: Ótimo

Tipo de Bem: Móvel

Patrimônio: Imaterial

Grau de Tombamento:

Recomendação: Criação de um livro de registro de bens materiais de interesse histórico e efetue o tombamento.

SORVETES LAURINI

Data: Século XX

Realização: Família Laurini

Localização Geográfica: Centro Histórico

Histórico: A sorveteria foi aberta na metade do Século XX, com receitas exclusivas e caseiras até hoje. Funciona no mesmo local do período de abertura, o que atrai gerações de visitantes. Também são tradicionais os doces, quindim e caçarola italiana vendidos ali.

Uso atual: Sorveteria

Grau de conservação: Ótimo

Tipo de Bem: Móvel

Patrimônio: Imaterial

Grau de Tombamento:

Recomendação: Criação de um livro de registro de bens materiais de interesse histórico e efetue o tombamento.

FABRICAÇÃO DE QUEIJOS ARTESANAIS

Data: Século XXI

Realização: Propriedades rurais

Localização Geográfica: Bairros Cururu/Pé do Morro, Bananal e Caí

Histórico: Como uso cotidiano o queijo sempre teve sua produção nas propriedades rurais ligadas ao consumo interno, herança da culinária tradicional portuguesa. No entanto, na primeira década do século XXI, um produtor passou a trabalhar com queijos de maturação diversificada, desenvolvidos a partir das condições propícias da Serra do Japi

Uso atual: Comercialização

Grau de conservação: Excelente

Tipo de Bem: Móvel

Patrimônio: Imaterial

Grau de Tombamento:

Recomendação: Criação de um livro de registro de bens materiais de interesse histórico e efetue o tombamento.

PRODUÇÃO LITERÁRIA E MUSICAL

Data: Séculos XIX e XX

Realização: Produção popular

Localização Geográfica: Maior incidência no Centro Histórico

Histórico: A cidade possui diversos nomes na produção escrita e musical das serestas, gênero popular muito apreciado no início do Século XX, e que teve seu maior expoente Erothides de Campos.

Uso atual: É parte do acervo nacional do gênero

Grau de conservação: Bom

Tipo de Bem: Móvel

Patrimônio: Imaterial

Grau de Tombamento:

Recomendação: Criação de um livro de registro de bens materiais de interesse histórico e efetue o tombamento.

BANDA SÃO ROQUE

Data: 26 de Fevereiro de 2006

Realização: Ex-músicos da Banda Orphelina Cabreuvana

Localização Geográfica: Centro Histórico

Histórico: As diferenças políticas na cidade acabaram por desanimar os músicos de uma antiga banda, a Orphelina Cabreuvana, e alguns músicos acabaram por constituir uma nova: "Corporação Musical Banda São Roque''. O nome foi escolhido para homenagear o santo, de grande fervor religioso entre os cabreuvanos da época..

Uso atual: Cooporação musical

Grau de conservação: Ótimo

Tipo de Bem: Móvel

Patrimônio: Imaterial

Grau de Tombamento:

Recomendação: Criação de um livro de registro de bens materiais de interesse histórico e efetue o tombamento.

ORQUESTRA DE VIOLA CAIPIRA DE CABREÚVA

Data: Século XX

Realização: Secretaria de Cultura e Turismo de Cabreúva

Localização Geográfica: Todo o município

Histórico: A Orquestra surgiu no início da década de 2000, por iniciativa de oficinas culturais da Secretaria de Cultura de Cabreúva. Desde então se apresenta nos Festivais de cultura tradicional do Estado de São Paulo e no município.

Uso atual: Cooporação musical

Grau de conservação: Bom

Tipo de Bem: Móvel

Patrimônio: Imaterial

Grau de Tombamento:

Recomendação: Criação de um livro de registro de bens materiais de interesse histórico e efetue o tombamento.

GRUPO DE CATIRA DE CABREÚVA

Data: Século XX

Realização: Secretaria de Cultura e Turismo de Cabreúva

Localização Geográfica: Todo o município

Histórico: O grupo de Catira de Cabreúva surgiu no início da década de 2000, por iniciativa de oficinas culturais da Secretaria de Cultura de Cabreúva. Desde então se apresenta nos Festivais de cultura tradicional do Estado de São Paulo e no município.

Uso atual: Grupo Folclórico

Grau de conservação: Bom

Tipo de Bem: Móvel

Patrimônio: Imaterial

Grau de Tombamento:

Recomendação: Criação de um livro de registro de bens materiais de interesse histórico e efetue o tombamento.

GRUPO DE FOLIA DE REIS: FOLIÕES DO JAPI

Data:

Realização: População

Localização Geográfica: Todo município

Histórico: Grupo de folguedo formado por fiéis católicos aos ciclos natalinos de festas.

Uso atual: Grupo Folclórico

Grau de conservação: Excelente

Tipo de Bem: Imaterial

Patrimônio:

Grau de Tombamento:

Recomendação: Criação de um livro de registro de bens materiais de interesse histórico e efetue o tombamento. Livro do Tombo Histórico.

ROMARIA DE CABREÚVA À PIRAPORA

Data: Século XX e XXI

Realização: Associações de Cavaleiros

Localização Geográfica: Todo o município

Histórico: A fé nas romarias em direção ao Santuário de Bom Jesus de Pirapora remonta ao século XVIII e pode ocorrer de maneira espontânea. A partir do Século XX, surgiram as Associações de Cavaleiros, que organizam um calendário de atividades em acordo com o Santuário.

Uso atual: Tradição popular e Associações

Grau de conservação: Bom

Tipo de Bem: Móvel

Patrimônio: Imaterial

Grau de Tombamento:

Recomendação: Criação de um livro de registro de bens materiais de interesse histórico e efetue o tombamento.

CARNAVAL DE RUA DE CABREÚVA

Data: Século XX e XXI

Realização: Prefeitura Municipal de Cabreúva

Localização Geográfica: Centro Histórico

Histórico: A musicalidade da cidade e a tradição nas Bandas ao longo do Século XX, fizeram o Carnaval de rua se transformar numa tradição popular, onde de maneira espontânea a população se fantasia e participa dos festejos. O destaque é para o carnaval da batucada da Escola de Samba Barriga Verde e das marchinhas da Banda São Roque, e o Bloco do Marisco, que são os elementos que tornam popular e peculiar a festa na cidade.

Uso atual: Festa popular

Grau de conservação: Bom

Tipo de Bem: Móvel

Patrimônio: Imaterial

Grau de Tombamento:

Recomendação: Criação de um livro de registro de bens materiais de interesse histórico e efetue o tombamento.

Data: Século XX - Junho

FESTA JUNINA DE CABREÚVA

Realização: Prefeitura Municipal de Cabreúva

Localização Geográfica: Praça da Igreja Matriz Nossa Senhora da Piedade

Histórico: Os festejos juninos são tradição na cidade com relatos do início do Século XX, porém nas áreas rurais em sítios e quermesses de capelas e escolas; com o crescimento urbano a Igreja Matriz Nossa Senhora da Piedade passou a concentrar as barracas de todos os bairros no centro. Com o desmembramento das Paróquias, a Prefeitura Municipal passou a organizar a tradicional Festa.

Uso atual: Festa tradicional

Grau de conservação: Bom

Tipo de Bem: Móvel

Patrimônio: Imaterial

Grau de Tombamento:

Recomendação: Criação de um livro de registro de bens materiais de interesse histórico e efetue o tombamento.

FESTA EM LOUVOR AO BOM JESUS DO BONFIM

Data: Séculos XIX, XX e XXI - Agosto

Realização: Paróquia local

Localização Geográfica: Bairro do Bonfim

Histórico: Há relatos e programação de festas do final do Século XIX. Muito popular na cidade e trazendo moradores do local que se mudaram para participar, a Festa realizada no último final de semana de Agosto é dedicada à Bom Jesus do Bonfim e exerceu importante papel na sociabilidade do município ao longo do Século XX, pois era o único evento festivo que deslocava a população de todos os bairros, sobretudo do Centro Histórico, para outro ponto da cidade. Inicialmente ocorria durante uma semana, e atualmente acontece no sábado, domingo e segunda-feira. É também uma importante concentração da culinária local, de influência italiana, caipira e nordestina.

Uso atual: Festa tradicional

Grau de conservação: Bom

Tipo de Bem: Móvel

Patrimônio: Imaterial

Grau de Tombamento:

Recomendação: Criação de um livro de registro de bens materiais de interesse histórico e efetue o tombamento.

FESTA ITALIANA LA PIETÁ

Data: 1997

Realização: Prefeitura Municipal e Matriz Nossa Senhora da Piedade

Localização Geográfica: Centro histórico

Histórico: Foi criada para celebrar as tradições italianas na cidade e o mês da Padroeira da Cidade.

Uso atual: Festa popular

Grau de conservação: Bom

Tipo de Bem: Móvel

Patrimônio: Imaterial

Grau de Tombamento:

Recomendação: Criação de um livro de registro de bens materiais de interesse histórico e efetue o tombamento.

09

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Todas as vezes que as pessoas se reúnem para construir e dividir conhecimentos, investigar para conhecer melhor, entender e transformar a realidade que as cerca estão realizando uma ação educativa. Quando tudo isso é feito levando em conta algo relativo ao patrimônio cultural, então trata-se de Educação Patrimonial.

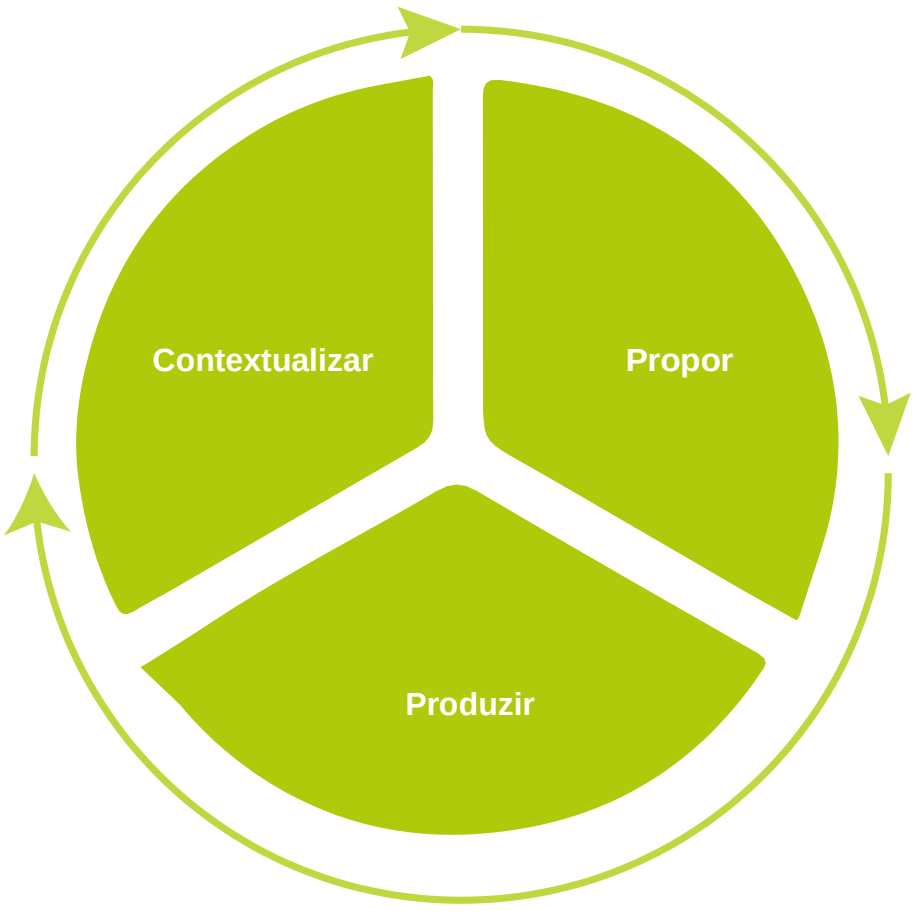
A Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera-se, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural.

Educação patrimonial é o processo de formação continuada centrado no Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural – como objeto de estudo e produção do conhecimento individual e coletivo. A partir do contato direto com as evidências e manifestações culturais para se chegar a sua compreensão, internalização e valorização, por meio de experimentação e descoberta.

9.1 Proposta Triangular de Educação Patrimonial

O IPHAC são discursos criados com intenção de comunicar ideias, conceitos e informações para a cidade e seus moradores, tendo a memória coletiva como referência principal. As ações educativas realizadas na implantação do IPHAC visam ampliar as possibilidades de aproveitamento pedagógico dos acervos, para que o educando acentue seu espírito crítico em relação à sua realidade e daqueles que estão à sua volta.

As mediações e participação efetiva na construção do IPHAC por setores educacionais ampliam o potencial pedagógico e estabelecem um diálogo entre cultura, educação e a sociedade como um todo.



9.2 Curso: Patrimônio Histórico, Memória Coletiva e Ações Educativas

Para auxiliar na constituição do IPHAC é fundamental a modalidade de Educação Popular, por isso deixamos disponível, de maneira online e gratuita, o curso “Patrimônio Histórico, Memória Coletiva e Ações Educativas”, que tem a seguinte composição curricular:

CARGA HORÁRIA: 30h

EMENTA: Introduzir o discente aos estudos sistemáticos e racionais da pesquisa científica na práxis social, priorizando a reflexão crítica da interação entre a Memória Coletiva e o Patrimônio Histórico, além de debater ações educativas sobre o tema.

Dessa forma, o presente curso tem por finalidade apresentar conceitos e teorias para com relação ao Patrimônio Histórico, Memória e Ações Educativos e as possibilidades das realizações de atividades práticas na educação formal e não-formal. O Patrimônio Histórico e a Memória são elementos de constantes análises para historiadores e demais pesquisadores, assim como criam possibilidades para a sequências didáticas. Com isso, pensar em ações educativas que possibilitam a reflexão sobre o Patrimônio Histórico e Cultural, auxilia na criação de instrumentos para ampliar a compreensão sobre dos estudos sobre nossa identidade social.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Parte I – Fundamentação conceitual e teórico

1. A dimensão da Teoria da Memória Coletiva e do Patrimônio Histórico
2. Patrimônio Histórico; uma categoria do pensamento em nosso cotidiano

Parte II – Demonstração empírica e produção acadêmica

1. Ações Educativas; contextualização, práticas e possibilidades
2. Patrimônio Histórico, Memória Coletiva e Ações Educativas na Cidade de Cabreúva

DINÂMICA DO CURSO: O curso será online com 30 horas de duração, consistindo em aulas expositivas e discussão de textos, partindo da exposição, transposição didática e reflexão dos referenciais bibliográficos. Também com produção sistemática e continua, com o intuito de formalizar os métodos avaliativos

AVALIAÇÃO: Os alunos serão avaliados mediante a realização das tarefas realizadas durante o curso, que deverá consistir em uma reflexão aprofundada das perspectivas teóricas e práticas referente ao tema proposto.

CRONOGRAMA DOS TEMAS DAS AULAS

1º. Encontro: Patrimônio Histórico, Memória Coletiva e Participação Popular

2º Encontro: Patrimônio Histórico; presenças e ausências no nosso cotidiano.

3º. Encontro: O que é educação patrimonial?

4º. Encontro: Nossa História, nosso patrimônio. Pensar o patrimônio histórico e ações educativas em Cabreúva.

9.3 Programa integrado e continuada de Educação Histórica

Objetivo

O Programa Arte e Educação tem por finalidade a integração entre a Secretaria Municipal de Cultura e a Secretaria Municipal de Educação de Cabreúva, com o intuito de auxiliar na emancipação histórica e a livre circulação das ideias, proporcionando a formação de sujeitos autônomos e críticos por meio da Educação Patrimônio e suas vertentes.

Objetivos específicos

- Proporcionar a integração entre Secretaria Municipal de Educação e Cultura para o cumprimento do objetivo e de uma educação patrimonial continuada
- Oferecer oportunidades de aprendizagem sobre os patrimônios da cidade
- Promover formação continuada para a produção de sequências didáticas ligadas ao patrimônio da cidade
- Contribuir para reflexões sobre uma cidade construída sobre relações plurais
- Fortalecer projetos culturais e educativos na cidade, principalmente envolvendo Educação Patrimonial
- Criar novos espaços de debate a História de Cabreúva

Ações

Viradinha Cultural: Criar um circuito cultural nas escolas municipais de Cabreúva, que irá proporcionar dois dias de valorização da nossa diversidade cultural e incentivar a produção de conhecimento e debater a História da Cabreúva com atividades lúdicas.

Cultura popular em foco: Este projeto tem como objetivo difundir pedagogicamente, cantigas populares e conhecimentos do nosso folclore aos alunos da rede pública municipal de ensino. O projeto irá promover a interação entre gestores escolares, professores, pais e alunos, por meio da cultura popular.

Patrimônio histórico e educação: Promover ações voltadas para o debate sobre a necessidade da preservação do patrimônio histórico, artístico, cultural e ambiental em nossa cidade, como exposições itinerantes nas escolas.

Concertos didáticos: Promover atividades de história da música para crianças com bandas que fazem parte da história da cidade.

Teatro nas Escolas: Por meio de edital selecionar Companhias Teatrais para circuito teatral nas escolas municipais, com temas voltados para a construção da história de Cabreúva.

A cultura é capaz de formar e transformar uma sociedade, por meio de reflexões e construções coletivas, promovendo a solidariedade e a dignidade da pessoa humana. O Programa de integração entre Secretaria de Educação e Cultura assume uma função social, capaz de impulsionar ações transformadoras e de responsabilidade social para as gerações atuais e futuras.

Desta forma, promover e difundir a arte com a integração, principalmente por meio da Educação Patrimonial, é colaborar para a formação de uma sociedade igualitária impulsionando com ações coletivas diversas manifestações culturais, capazes de amplificar a cultura como fator essencial do ser humano, sujeito histórico e social.

10

CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES FINAIS

As atividades no IPHAC são apenas o início de uma política pública, que respeita o patrimônio cultural e a memória coletiva da cidade, porém criam ações de cidadania e de uma formação ética plena e integral. O IPHAC de Cabreúva inicia uma política sistêmica de reflexão sobre a identidade da cidade e sua construção histórica.

Pensar políticas públicas no âmbito do patrimônio cultural são realizadas no Brasil desde 1937, mas de forma coletiva e participativa, respeitando a pluralidade da cidade e uma formação heterogênea de Cabreúva, seja com a negritude, imigração e migração, temos uma oportunidade de constituir um modelo de excelência e que preze pela qualidade do serviço público. Com isso, indicamos ações que unificadas com o patrimônio tracem na cidade uma política de continuidade dentro de um tempo e espaço novo na cidade, sendo assim recomendamos;

- Criação da Lei de Preservação e Conservação dos Bens Culturais da Cidade.

Criar uma lei, cujo esteja definida as definições e os entendimentos sobre patrimônios culturais, juntamente com as funções do poder público e da sociedade civil para manter o objetivo da lei e seu funcionamento.

- Estabelecimento com o Sistema Municipal de Cultural

Garantir que o IPHACC e a política do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural esteja interligada com o Sistema Municipal de Cultura, promovendo uma segurança na execução de políticas públicas e estabelecendo interligações e continuidades na gestão cultural.

- Inventário do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Cabreúva

Realizar a abertura de processos dos bens indicados como patrimônios, para a realização de estudos sobre as ações positivas ou negativas em relação ao tombamento. Cabe lembrar, que o IPHAC é um processo aberto que pode receber em fluxo contínuo a abertura de processos para o estudo dos tombamentos.

- Audiência Pública

Realizar audiência com autoridades públicas e sociedade civil para apresentar a minuta da Lei de Preservação e Conservação do Patrimônio Cultural da Cidade e do IPHAC. Ampliando o momento entre a comunidade e governo para sanar dúvidas e receber proposições.

- Criação da Arquivo Municipal - Lei Federal 8159/1991

Sendo um espaço institucional para garantir o cumprimento de todos estes requisitos legais, bem como o recolhimento, gestão e o acesso aos documentos, é preciso contar com a atuação técnica de Arquivos Públicos, instituições devidamente instituídas, comprometidas e dedicadas à formulação e implementação da política de gestão documental, conforme Lei Federal 8159/1991.

- Criação do Centro de Memória Municipal

O Centro Municipal de Cabreúva teria por objetivo manter o Arquivo Permanente da Cidade e ser responsável por fundo e coleções documentais que têm conexões e diálogos com a cidade de Cabreúva, promovendo sua preservação e difusão. O Centro de Memória também precisará entre suas funções a produção contínua de conhecimento sobre a História da cidade e manter um constante programa de educação patrimonial.

- Criação de um Museu Histórico da Cidade de Cabreúva

Criar um espaço pedagógico e referência na produção historiográfica de Cabreúva e região, estabelecendo-se como um espaço de produção e difusão do patrimônio cultural e do conhecimento científico. Possibilitando alterar no campo metodológico e teórico na produção do conhecimento e nas ações socioeducativas da cidade de Cabreúva e região, como um espaço cultural, de produção de conhecimento e de colaboração para as ações pedagógicas implementadas na cidade.

- Diretoria de Patrimônio, Acervos e Museus

Criar um órgão gestor ligado a Secretaria Municipal de Cultura para gerir os Patrimônio, Acervos (documentais, iconográficos, tridimensionais e bibliográficos) e Museus, com o objetivo de garantir a lei e manter uma política de governo continuada com estrutura para ampliação e integração com demais setores da prefeitura de Cabreúva.

Com isso, as recomendações não precisam ser realizadas de maneiras simultâneas, mas são ações iniciais que representam uma continuidade na formação de cidadãos que reconhecem sua cidade como um lugar fixo e não apenas de fluxos. O território formado por Cabreúva vai sendo permeado por uma identidade e transformando o espaço físico em um habitat, capaz de promover valores como coexistência, humanidade e pertencimento.

11

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1937). Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm>. Acesso em: 07 jan. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 07 jan. 2017.

_____. Decreto n° 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm>. Acesso em: 07 jan. 2017.

_____. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em: 07 jan. 2017.

_____. Decreto de Lei nº 4.243 de 25 de fevereiro de 2015. Dispõe sobre a declaração de utilidade pública de parte do terreno designado Fazenda Santo Antônio. Disponível em: <https://www.Cabreúva.sp.gov.br/sitenovo/painel/dbanexos/dbarquivo/08-2020/b011b58fe5e04063bfb151004674f692.pdf> Acesso em 02 de agosto de 2020;

_____. Lei da Transparência. Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp131.htm>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2017.

_____. Lei de Acesso à Informação. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5o, no inciso II do § 3o do art. 37 e no § 2o do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 15 fev. 2017.

_____. Lei de Responsabilidade Fiscal. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 15 fev. 2017.

_____. Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura (PNC), cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12343.htm>. Acesso em: 15 fev. 2017.

_____. Lei nº 8159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 07 jan. 2017.

BRASIL. Lei nº 6.757, de 17 de dezembro de 1979. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional Pró-Memória e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6757.htm>. Acesso em: 07 jan. 2017.

COSTA, Heloise; SILVA, Renato Rodrigues. A Fotografia Moderna no Brasil. São Paulo: Cosac Naify, 1995.

EBC. AGÊNCIA BRASIL. Governo quer estimular criação de arquivos municipais em todo o país. 05 dez. 2014. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2014-12/governo-quer-estimular-criacao-de-arquivos-municipais-em-todo-o-pais>. Acesso em: 20 fev. 2017.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

FUNARI, Pedro Paulo A.; PELEGRINI, Sandra C. A. Patrimônio Histórico e Cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In. ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 25-33.

GOULART, Silvana. Patrimônio documental e história institucional. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Guia dos Museus Brasileiros. Brasília: IBRAM/ Ministério da Cultura, 2011.

INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Compromisso de Brasília. abr. 1970. Disponível em: <http://docslide.com.br/documents/compromisso-de-brasilia-1970.html>. Acesso em: 15 fev. 2017.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: UNICAMP, 2003.

LEMOS, Carlos A. C. O que é patrimônio. São Paulo: Brasiliense, 2013. (Coleção Primeiro Passos, v. 51).

MACHADO, Helena Corrêa; CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Como implantar arquivos públicos municipais. São Paulo: Arquivo do Estado, 2000.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Identidade cultural e arqueologia. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 20, p. 33-36, 1984.

NORA, Pierre. Memória: da liberdade à tirania. MUSAS: Revista Brasileira de Museus e Museologia, Rio de Janeiro: IBRAM [online], n. 4, p. 6-10, 2009. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wpcontent/uploads/2012/03/musas20120327.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2017.

_____. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-27, dez. 1993.

PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE SÃO PAULO. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992. p. 25-28.

PELEGRINI, Sandra C. A. O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas. Patrimônio e Memória, Assis: UNESP; FCLAs; CEDAP, v. 3, n. 1, p. 87-100, 2007. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/viewFile/33/459>. Acesso em: 17 maio 2015.

PELEGRINI, Sandra C. A. O patrimônio cultural no discurso e na lei: trajetórias do debate sobre a preservação no Brasil. Patrimônio e Memória, Assis: UNESP; FCLAs; CEDAP, v. 2, n. 2, p. 54-77, 2006. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/viewFile/37/445>. Acesso em: 17 maio 2015.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. Estação Ferroviária passa a ser administrada pela Prefeitura de Cabreúva, 2013. Disponível em <https://www.Cabreúva.sp.gov.br/conteudo/estaucueo-ferroviuaria-passa-a-ser-administrada-pela-prefeitura-de-Cabreúva>. Acesso em 26/07/2021;

RICOUER, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Tradução Alain Fraçois. Campinas: UNICAMP, 2008.

RODRIGUES, Georgete Medleg. Legislação de acesso aos arquivos no Brasil: um terreno de disputas políticas pela memória e pela história. Acervo, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 257-286, jan./jun. 2011.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. A preservação da memória enquanto instrumento de cidadania. Cadernos de Museologia, [S.l.], n. 3, p. 67-78, 1994. Disponível em: <revistas. ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/307/216>. Acesso em: 22 jan. 2017.

SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. SPHAN/Pró-Memória: a mudança sem a perda da identidade. Boletim, n. 6, 1980a.

_____. Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória. Brasília: SPHAN/Pró-Memória, 1980b. (Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, v. 31).

QUEIROZ, Roosevelt Brasil. Formação e gestão de políticas públicas. Curitiba: InterSaberes, 2012.

RODRIGUEZ, Marly. Políticas públicas e patrimônio cultural. In: CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina. Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

UNESCO. Patrimônio imaterial: política e instrumentos de identificação, documentação e salvaguarda. Brasília: UNESCO, 2008.

WILLIAMS, Raymond. Cultura e sociedade. Tradução Leônidas H. B. Hegenberg, Octany Silveira da Mota e Anísio Teixeira. São Paulo: Nacional, 1969.

_____. Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade. Tradução Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.